



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO

# Plano Anual de Outorga Florestal 2010

- Minuta 09/06/2009 -



Junho 2009

**Luiz Inácio Lula da Silva**  
Presidente da República

**José Alencar Gomes da Silva**  
Vice-Presidente da República

**Carlos Minc**  
Ministro do Meio Ambiente

**Izabella Mônica Vieira Teixeira**  
Secretária Executiva do Ministério do Meio Ambiente

**Antonio Carlos Hummel**  
Diretor Geral do Serviço Florestal Brasileiro

#### **Ficha Catalográfica**

Serviço Florestal Brasileiro / Ministério do Meio Ambiente

Plano Anual de Outorga Florestal - 2010 / Brasília: MMA /  
Serviço Florestal Brasileiro, 2009.

73 f. : il. ; 30 cm.

1. Florestas Públicas. 2. Concessão. 3. Manejo Florestal.  
4. Licitação 5. Outorga. 6. Florestas Nacionais. 7. Área  
de Proteção Ambiental. 8. Unidade de Manejo Florestal.

#### **Equipe Técnica Responsável**

Anna Fanzeres  
Charles Fernandes de Queiroz  
Daniela A. Pacífico  
Ewandro Andrade Moreira  
Fernando Ludke  
Gustavo Chaves Machado  
Marcus Vinicius da Silva Alves  
Tatiana Mahalem do Amaral  
Thaís Linhares Juvenal

#### **Revisão**

Antonio Carlos Hummel  
Claudia Azevedo-Ramos  
José Natalino Macedo Silva  
Luiz Carlos de Miranda Joels  
Thaís Linhares Juvenal

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
1.1	A CONCESSÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS .....	12
1.2	AS CONCESSÕES E O MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL .....	12
1.3	ESCOPO E OBJETIVOS DESTE PAOF .....	13
<b>2</b>	<b>AS FLORESTAS PÚBLICAS BRASILEIRAS .....</b>	<b>14</b>
2.1	DISTRIBUIÇÃO DAS FLORESTAS PÚBLICAS NO BRASIL .....	14
2.2	AS FLORESTAS PÚBLICAS FEDERAIS .....	17
2.2.1	<i>Florestas públicas federais destinadas a Unidades de Conservação .....</i>	<i>19</i>
2.2.2	<i>Florestas públicas federais destinadas para uso comunitário.....</i>	<i>20</i>
2.2.3	<i>Florestas públicas federais arrecadadas e não-destinadas .....</i>	<i>20</i>
2.2.4	<i>Florestas públicas federais com contrato de transição .....</i>	<i>21</i>
<b>3</b>	<b>FLORESTAS PÚBLICAS FEDERAIS PARA CONCESSÃO.....</b>	<b>23</b>
3.1	METODOLOGIA UTILIZADA PARA SELEÇÃO DAS ÁREAS .....	23
3.2	FLORESTAS PÚBLICAS FEDERAIS PASSÍVEIS DE CONCESSÃO.....	28
3.3	CONSISTÊNCIA COM OUTRAS CONCESSÕES E POLÍTICAS .....	31
3.4	CARACTERIZAÇÃO DAS MACRO-REGIÕES COM FLORESTAS PÚBLICAS FEDERAIS PASSÍVEIS DE CONCESSÃO FLORESTAL .....	37
3.4.1	<i>Macro-região do Distrito Florestal Sustentável da BR163 .....</i>	<i>39</i>
3.4.1.1	3.4.1.1. Florestas públicas federais passíveis de concessão na macro-região do DFS da BR-163 .....	40
3.4.1.2	Características demográficas dos municípios com florestas passíveis de concessão florestal na macro-região do DFS da BR-163 .....	41
3.4.1.3	Áreas de uso comunitário no entorno das florestas passíveis de concessão.....	41
3.4.1.4	Pólos de produção florestal na macro-região do DFS da BR-163 .....	42
3.4.2	<i>Macro-região do Purus-Madeira.....</i>	<i>44</i>
3.4.2.1	Florestas públicas federais passíveis de concessão na macro-região do Purus-Madeira.....	45
3.4.2.2	Características demográficas dos municípios com florestas passíveis de concessão florestal na macro-região do Purus-Madeira .....	45
3.4.2.3	Áreas de uso comunitário no entorno das florestas passíveis de concessão.....	46
3.4.2.4	Pólos de produção florestal na macro-região do Purus-Madeira .....	46
3.4.3	<i>Macro-região da Calha Norte.....</i>	<i>47</i>
3.4.3.1	Florestas públicas federais passíveis de concessão na macro-região da Calha Norte .....	49
3.4.3.2	Características demográficas dos municípios com florestas passíveis de concessão florestal na macro-região da Calha Norte .....	49
3.4.3.3	Áreas de uso comunitário no entorno das florestas passíveis de concessão.....	50
3.4.3.4	Pólos de produção florestal na macro-região da Calha Norte .....	51
3.4.4	<i>Macro-região da Amazônia Leste.....</i>	<i>52</i>
3.4.4.1	Descrição das florestas públicas passíveis de concessão na macro-região da Amazônia Leste .....	53
3.4.4.2	3.4.4.2. Características demográficas dos municípios com florestas passíveis de concessão florestal na macro-região da Amazônia Leste .....	54
3.4.4.3	Pólos de produção florestal da macro-região da Amazônia Leste .....	55
3.4.5	<i>Macro-região Sul e Sudeste .....</i>	<i>57</i>
3.4.5.1	Descrição das florestas públicas passíveis de concessão na macro-região Sul e Sudeste .....	58
3.4.5.2	Características demográficas dos municípios com florestas passíveis de concessão florestal na macro-região Sul e Sudeste .....	59
3.4.5.3	Áreas de uso comunitário no entorno das florestas passíveis de concessão.....	60
3.4.5.4	Pólos de produção florestal na macro-região Sul e Sudeste.....	61
3.5	FLORESTAS PÚBLICAS FEDERAIS EM PROCESSOS DE CONCESSÃO .....	61
3.6	POTENCIAL DE PRODUÇÃO ESPERADA.....	62
3.7	MECANISMOS DE ACESSIBILIDADE.....	62
<b>4</b>	<b>ATIVIDADES E RECURSOS PREVISTOS PARA 2010.....</b>	<b>64</b>
<b>5</b>	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>66</b>
<b>6</b>	<b>ANEXOS.....</b>	<b>67</b>
A -	LISTA DE FPF PASSÍVEIS DE CONCESSÃO (TIPO A) .....	67
B -	GLOSSÁRIO .....	68

***LISTA DE QUADROS***

***[a ser elaborada após o período de consultas públicas]***



## ***LISTA DE FIGURAS***

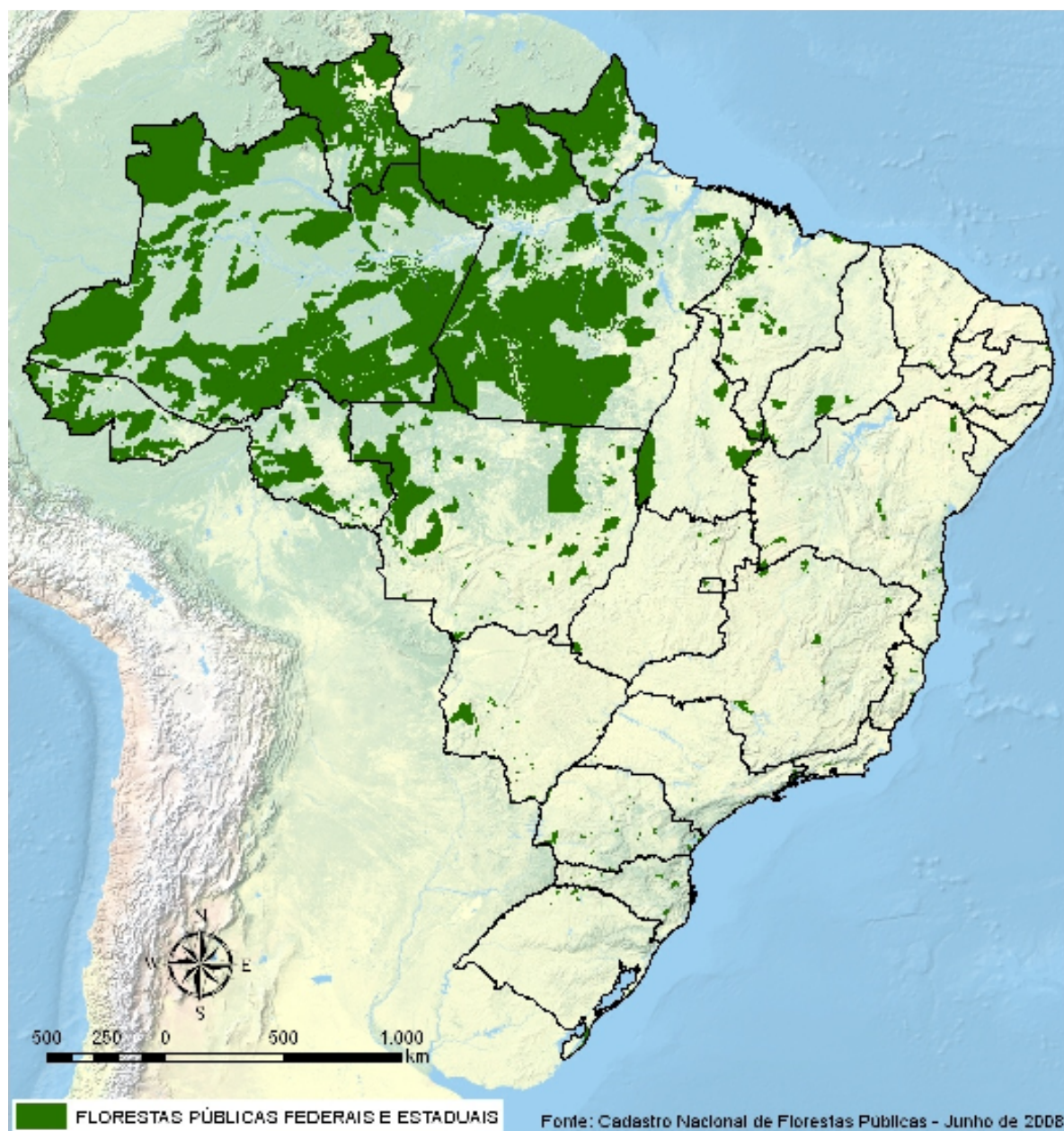
***[a ser elaborada após o período de consultas públicas]***

## ***LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS***

**ANA** – Agência Nacional de Águas  
**ANTT** – Agência Nacional de Transportes Terrestres  
**APA** – Área de Proteção Ambiental  
**ARIE** – Área de Relevante Interesse Ecológico  
**BR-163** – Rodovia BR-163 de ligação entre Cuiabá (MT) e Santarém (PA)  
**CDN** – Conselho de Defesa Nacional  
**CENSIPAM** – Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia  
**CGFLOP** – Comissão de Gestão de Florestas Públicas  
**CGFPU** – Cadastro-Geral de Florestas Públicas da União  
**CNFP** – Cadastro Nacional de Florestas Públicas  
**CONAMA** – Conselho Nacional do Meio Ambiente  
**DETER** – Detecção de desmatamento  
**DETEX** – Detecção da Exploração Florestal Seletiva  
**DFS** – Distrito Florestal Sustentável  
**DFS BR-163** – Distrito Florestal Sustentável da BR-163  
**DOF** – Documento de Origem Florestal  
**EMBRAPA** – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
**ESEC** – Estação Ecológica  
**FLONA** – Floresta Nacional  
**FPA** – Floresta Pública Federal do Tipo A  
**FPB** – Floresta Pública Federal do Tipo B  
**FPF** – Floresta Pública Federal  
**FNDF** – Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal  
**FUNAI** – Fundação Nacional do Índio  
**IBAMA** – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
**ICMBio** – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade  
**IMAZON** – Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia  
**IN** – Instrução Normativa  
**INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
**INMETRO** – Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial  
**INPE** – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais  
**MMA** – Ministério do Meio Ambiente  
**MPEG** – Museu Paraense Emílio Goeldi  
**MP** – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
**MRN** – Mineração Rio do Norte S.A  
**PAC** – Plano de Aceleração do Crescimento  
**PAE** – Projeto de Assentamento Agroextrativista  
**PAF** – Projeto de Assentamento Florestal  
**PAOF** – Plano Anual de Outorga Florestal  
**PARNA** – Parque Nacional  
**PAS** – Programa Amazônia Sustentável  
**PDS** – Projeto de Desenvolvimento Sustentável  
**PMFS** – Plano de Manejo Florestal Sustentável

**PNF** – Programa Nacional de Florestas  
**PROBIO** – Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira  
**PRONABIO** – Programa Nacional de Diversidade Biológica  
**RDS** – Reserva de Desenvolvimento Sustentável  
**REBIO** – Reserva Biológica  
**RESEX** – Reserva Extrativista  
**RPPN** – Reserva Particular do Patrimônio Natural  
**RVS** – Refúgio de Vida Silvestre  
**SBF** – Secretaria de Biodiversidade e Floresta  
**SEDR** – Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural  
**SEPPIR** – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial  
**SFB** – Serviço Florestal Brasileiro  
**SPU** – Secretaria do Patrimônio da União  
**SNUC** – Sistema Nacional de Unidades de Conservação  
**TI** – Terra Indígena  
**UC** – Unidade de Conservação  
**UMF** – Unidade de Manejo Florestal  
**UPA** – Unidade de Produção Anual  
**ZEE** – Zoneamento Ecológico-Econômico

### *As Florestas Públicas Brasileiras*



O Cadastro Nacional de Florestas Públicas registra (em junho de 2009) a existência de 210.870.585 hectares de florestas públicas. Essas florestas estão distribuídas em terras indígenas (51,4%), unidades de uso sustentável (15,6%), unidades de proteção integral (15,1%), terras arrecadadas pela União ainda não-destinadas (12,1%) e florestas estaduais nos estados do Acre, Amapá, Amazonas e Pará (5,9%).

## **RESUMO EXECUTIVO**

*[a ser elaborado após o período de consultas públicas]*

## 1 INTRODUÇÃO

O Plano Anual de Outorga Florestal – PAOF é o documento instituído pela Lei de Gestão de Florestas Públicas (Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006) para planejar a produção florestal sustentável por intermédio de concessão de florestas públicas para exploração de recursos madeireiros, não-madeireiros e serviços.

O PAOF fundamenta-se em dois instrumentos legais: a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006 e o Decreto nº 6.063, de 20 de março de 2007, que a regulamenta.

Até 2005, as florestas brasileiras, naturais ou plantadas, localizadas em terras públicas<sup>1</sup>, não tinham um marco regulador que garantisse a sua gestão como um bem de todos os brasileiros. Teve início então um amplo processo de consulta a sociedade e tramitação no Congresso Brasileiro que resultou na promulgação da Lei de Gestão de Florestas Públicas.

Além de criar um marco para a gestão das florestas públicas, a Lei nº 11.284 criou o Serviço Florestal Brasileiro, para geri-las, e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, para incentivar o desenvolvimento tecnológico, prestar a assistência técnica, promover a recuperação de áreas degradadas, e apoiar o controle e o monitoramento das atividades florestais nessas áreas.

O objetivo principal da Lei nº 11.284 é promover a proteção das florestas públicas pertencentes à União, aos estados e aos municípios mediante formas diferenciadas de uso sustentável. A Lei regulamenta também os mecanismos de acesso aos recursos e serviços florestais que visam à geração de benefícios sociais e ambientais.

A partir da promulgação da Lei nº 11.284, o Estado brasileiro assumiu o compromisso de manter as áreas com florestas públicas, que hoje ocupam aproximadamente 25% do território brasileiro, sempre públicas e com a cobertura florestal existente à época da promulgação. Ou seja, essas áreas não mais poderão ser desflorestadas ou convertidas para outras formas de uso e ocupação do solo, sendo somente possível a prática de manejo sustentável da floresta, a sua transformação em unidades de conservação ou outras formas de proteção da floresta previstas em lei.

No âmbito da Lei nº 11.284, em seu artigo 10, o PAOF é instituído e definido como o documento que conterá a descrição de todas as florestas públicas federais que podem ser submetidas a processos de concessão no ano em que o mesmo estiver vigente. Portanto, só haverá concessão em floresta pública federal incluída no PAOF. Por outro lado, cabe ressaltar que, a inclusão de qualquer floresta no PAOF não significa, necessariamente, que a mesma será objeto de licitação para fins de concessão naquele período.

Na esfera federal o PAOF deve ser elaborado pelo Serviço Florestal Brasileiro (arts. 10, 53 e 55 da Lei nº 11.284) e aprovado e publicado pelo poder concedente, no caso o Ministério do Meio

---

<sup>1</sup> Terras sob o domínio da União, dos Estados, dos Municípios, do Distrito Federal ou das entidades da administração indireta.

Ambiente (art. 49 da Lei nº 11.284). A Lei determina também os fatores e os procedimentos que devem ser observados durante a elaboração do PAOF (arts. 10, 11, 48 e 51 da Lei nº 11.284).

Os artigos 33 e 34 da Lei nº 11.284 estabelecem as diretrizes para que o PAOF garanta o acesso democrático dos diversos segmentos da sociedade brasileira ao processo de concessão florestal e contemple mecanismos para evitar a concentração econômica.

Para regulamentar os dispositivos da Lei, foi editado o Decreto nº 6.063, em 20 de março de 2007, que, em seu artigo 20, estabelece o conteúdo mínimo do PAOF. Além disso, o artigo 19 desse Decreto especifica que somente as florestas públicas inseridas no Cadastro Nacional de Florestas Públicas poderão ser incluídas no PAOF. Os artigos 21 e 22 do mesmo Decreto especificam as políticas e instrumentos que devem ser observados quando da elaboração do PAOF, em consonância com as previsões do artigo 11 da Lei nº 11.284, incluindo: (i) recomendações de uso definidas no Decreto nº 5.092, de 21 de maio de 2004, para áreas prioritárias para conservação e uso sustentável da biodiversidade e (ii) contratos de concessão, autorizações, licenças e outorgas para mineração, petróleo, gás, estradas, linhas de transmissão, geração de energia, oleodutos, gasodutos e para uso de água. O Decreto nº 6.063, em seu artigo 23, determina ainda que o PAOF da União deva ser concluído até o dia 31 de julho do ano anterior à sua vigência, e que o mesmo considere os PAOF de Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que devem ser encaminhados até o dia 30 de junho de cada ano, visando harmonizar a gestão florestal federal com os demais níveis de governo.

O PAOF considera, ainda, a Instrução Normativa do Ministério do Meio Ambiente nº 4, de 25 de junho de 2008, que disciplina a elaboração, análise e aprovação do Relatório Ambiental Preliminar utilizado para o licenciamento prévio das unidades de manejo florestal destinadas à concessão florestal fora de Florestas Nacionais, e as Resoluções do Serviço Florestal Brasileiro nºs 02 e 03 de 2007, que regulamentam o Cadastro Nacional de Florestas Públicas e os indicadores a serem utilizados no julgamento da melhor proposta técnica e bonificadores para concessão florestal, respectivamente.

O PAOF permite que a sociedade conheça com antecedência as florestas públicas passíveis de concessão florestal no período de sua vigência, os mecanismos utilizados para essa escolha e, conseqüentemente, possa interferir no processo por meio das consultas públicas. Além disso, os potenciais interessados em concorrer nos processos de concessão, bem como os estados e municípios, que dispõem de florestas públicas para futuras concessões, podem se planejar com antecedência. Portanto, o PAOF é, em última instância, um instrumento de planejamento transparente e participativo.

Para atingir os seus objetivos, o PAOF descreve as florestas públicas federais, avalia a demanda por produtos florestais, evidencia a sinergia entre a política florestal e as outras políticas setoriais e determina, através de metodologia objetiva, as florestas públicas passíveis de concessão. Ao fazê-lo, prevê, também, o acesso democrático às concessões florestais federais, as formas de monitoramento e controle, e os recursos humanos e financeiros necessários para o desempenho dessas atividades.

As florestas, naturais ou plantadas, passíveis de concessão florestal citadas neste plano podem ser encontradas em diversos biomas brasileiros. A seleção dessas florestas se faz a partir do conjunto

de florestas, denominadas florestas públicas, ou seja, sob o domínio da União, dos Estados, dos Municípios, do Distrito Federal ou de entidades da administração indireta.

### ***1.1 A concessão de florestas públicas***

A Lei nº 11.284 estabelece três modelos de gestão de florestas públicas: a gestão direta, a destinação às comunidades tradicionais e a concessão do direito de praticar manejo florestal sustentável.

A gestão direta ocorre quando o gestor público assume a gestão das florestas nacionais, estaduais ou municipais diretamente, podendo contratar ou não serviços de terceiros.

A destinação comunitária pode ser realizada para populações tradicionais e outros grupos com a finalidade de proteger os meios de subsistência e a cultura dessas populações que, ao longo de gerações, desempenham papel relevante para a conservação e utilização sustentável da diversidade biológica.

A terceira modalidade de gestão pressupõe a regulação e a condução, pelo poder público, de processos de concessão florestal a empresas ou outras pessoas jurídicas que, mediante licitação, demonstrem capacidade de praticar e gerir de forma autônoma o manejo florestal sustentável, dentro de um prazo determinado em uma unidade de manejo.

Pela relevância e importância estratégica para a gestão integrada das florestas públicas, no PAOF são identificadas, primeiramente, as florestas públicas destinadas às comunidades, em conformidade com a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 (lei que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC), com o Artigo 189 da Constituição Federal e as diretrizes do Programa Nacional de Reforma Agrária. Nessas áreas, a destinação das florestas públicas é feita de forma não-onerosa aos beneficiários. As Terras Indígenas e as áreas ocupadas por comunidades locais ficam também excluídas dos processos de concessão florestal. Tampouco são consideradas para fins de concessão as unidades de conservação de proteção integral.

Neste plano são identificadas e descritas as demais florestas públicas passíveis de concessão, integrantes ou não do SNUC. O PAOF também descreve os critérios de acessibilidade destinados a garantir o acesso às concessões florestais por pessoas jurídicas de micro, pequeno, médio e grande porte.

### ***1.2 As concessões e o manejo florestal sustentável***

O uso sustentável dos recursos florestais e o desejável estabelecimento e consolidação de economias locais com base em florestas demandam, entre outros fatores: (i) o aumento da rentabilidade do manejo florestal sustentável, (ii) a melhoria das técnicas e tecnologias empregadas no manejo florestal sustentável, (iii) o controle da dinâmica de ocupação dos territórios, especialmente na Amazônia, e (iv) o fomento às atividades produtivas florestais sustentáveis.



A Lei de Gestão de Florestas Públicas se apresenta como instrumento central de valorização do manejo florestal para fins de conservação e uso sustentável dos recursos florestais, pela oferta de áreas para o desenvolvimento dessas atividades, instrumentos regulatórios, reguladas por uma combinação de incentivos econômicos e instrumentos de comando e controle para uso sustentável dos recursos florestais. Da mesma forma, atua como elemento integrador de diversas políticas públicas, oferecendo condições jurídico-institucionais importantes para o ordenamento territorial brasileiro, por meio da participação popular e da coerência com outras políticas e planos de governo em vigor.

O manejo florestal voltado à produção sustentável de produtos madeireiros e não-madeireiros constitui-se no principal alicerce das novas modalidades de gestão de florestas públicas introduzidas pela Lei nº 11.284/2006.

As concessões previstas neste PAOF encontram-se alinhadas com as metas do Programa Nacional de Florestas - PNF, que tem como um dos objetivos expandir e consolidar o manejo florestal, ampliando para 15 milhões de hectares a área de florestas naturais manejadas sustentavelmente até 2011.

De modo similar, o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal – PPCDAM, cujo objetivo geral é reduzir as taxas de desmatamento na Amazônia brasileira, por meio de um conjunto de ações integradas que inclui o fomento a produção sustentável, associadas ao crescimento expressivo das áreas florestais sob manejo, encontra suporte nas ações previstas no PAOF 2010. Esse plano prevê a oferta potencial de áreas com florestas públicas federais para fins de concessão, a qual contribuirá para a diminuição das práticas de grilagem de terras públicas e de exploração ilegal de madeiras, reduzindo o desmatamento e assegurando a sustentabilidade de negócios florestais no longo prazo.

Em síntese, a introdução da possibilidade de concessões florestais fortalece a presença do Estado e propiciam o desenvolvimento de atividades ligadas ao manejo dos recursos naturais locais, estabelecendo condições para a conservação das florestas, a geração de emprego e renda e a proteção efetiva dos interesses dos municípios, dos estados, do Distrito Federal e da União.

### ***1.3 Escopo e Objetivos deste PAOF***

Este PAOF abrange as florestas públicas federais, conforme determina os artigos 10 e 11 da Lei nº 11.284 e os artigos 19, 20, 21, 22, 23 e 24 do Decreto nº 6.063, de 20 de março de 2007, e tem os seguintes objetivos:

- (i) Descrever as florestas públicas passíveis de concessão florestal, considerando a convergência e o alinhamento com outras políticas públicas da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; e
- (ii) Identificar, entre elas, as florestas públicas passíveis de terem unidades de manejo licitadas para contrato de concessão florestal no período de janeiro a dezembro de 2010.

Foram também considerados os planos anuais de outorga florestal dos [Estados do Acre, Amapá e Pará – informações ainda não disponíveis] encaminhados até 30 de junho de 2009, conforme determina o § 1º do artigo 23 do Decreto nº 6.063, de 2007.

## **2 AS FLORESTAS PÚBLICAS BRASILEIRAS**

Para os efeitos da Lei nº 11.284 são consideradas florestas públicas aquelas florestas naturais ou plantadas, localizadas nos diversos biomas brasileiros, que estejam em bens sob o domínio da União, dos Estados, dos Municípios, do Distrito Federal ou das entidades da administração indireta.

Essa definição inclui florestas em todo o território brasileiro, em diferentes situações quanto aos seus objetivos e modalidades de gestão previstos na Lei nº 11.284. As florestas podem estar em áreas protegidas ou de uso especial, em áreas destinadas ao uso comunitário ou em áreas já arrecadadas pela União, Estados e Municípios, mas que ainda não tiveram destinação específica.

As florestas públicas federais são incluídas no Cadastro Geral de Florestas Públicas da União (parte integrante do Cadastro Nacional de Florestas Públicas<sup>2</sup>) com a indicação de sua situação atual. Esses dados são considerados na elaboração do PAOF, tanto para a inclusão de uma determinada floresta como área passível de concessão, como também para a indicação da finalidade mais adequada de uso dos recursos florestais (produtos madeireiros e não-madeireiros, serviços ou mesmo combinações entre eles).

Este capítulo tem por objetivo prover uma visão geral sobre as florestas públicas que foram consideradas durante o processo de elaboração do PAOF 2010, de modo a facilitar a compreensão da metodologia adotada para a seleção das áreas passíveis de concessão incluídas neste plano.

Serão apresentadas também as florestas públicas já destinadas para a proteção integral, bem como aquelas destinadas ao uso comunitário e as áreas vinculadas aos contratos de transição previstos no artigo 70 da Lei nº 11.284.

### ***2.1 Distribuição das florestas públicas no Brasil***

As florestas públicas do Brasil inseridas no Cadastro Nacional de Florestas Públicas - CNPF compreendem uma área de aproximadamente 210,9 milhões de hectares, o que representa 24,8% do território nacional, e incluem aproximadamente 14 milhões de hectares de florestas estaduais. Há que se ressaltar os ajustes realizados no CNFP como parte da atualização e revisão permanente dos dados e informações do Cadastro. Tais ajustes resultaram em novos valores para a extensão florestas públicas nacionais, comparado com os dados do PAOF 2009, conforme apresentado na Figura 1.

---

<sup>2</sup> O Cadastro Nacional de Florestas Públicas - CNFP foi regulamentado pela Resolução no 2/2007 do Serviço Florestal Brasileiro. O CNFP encontra-se acessível pelo site [www.florestal.gov.br](http://www.florestal.gov.br).

As florestas cadastradas distribuem-se nos diferentes biomas e regiões do país, no entanto a maior parte (92,68%) encontra-se na Amazônia, conforme Quadro 1.

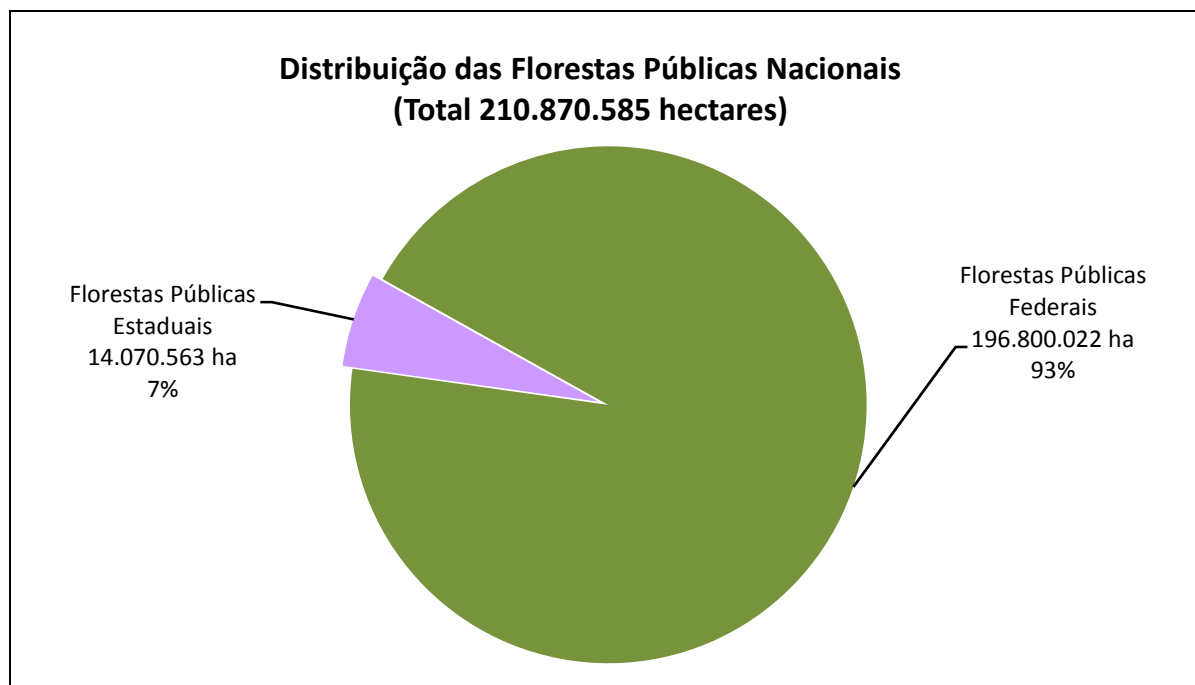


Figura 1: Distribuição das florestas públicas inseridas no CNFP pertencentes à União e aos Estados.

Fonte: CNFP/Serviço Florestal Brasileiro

Quadro 1: Área de florestas públicas, por bioma e por região, identificadas até junho de 2008.

Bioma / Região	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total geral
AMAZÔNIA	9.687.747	1.809.739	183.931.663			195.429.149
CAATINGA		938.631		4.971		943.602
CERRADO	5.948.324	2.514.867	3.331.389	574.545		12.369.125
MATA ATLÂNTICA	115.961	255.930		397.554	802.390	1.571.835
PAMPA					147.509	147.509
PANTANAL	409.365					409.365
<b>Total geral</b>	<b>16.161.397</b>	<b>5.519.167</b>	<b>187.263.053</b>	<b>977.069</b>	<b>949.899</b>	<b>210.870.585</b>

Fonte: CNFP / Serviço Florestal Brasileiro

O Cadastro Nacional de Florestas Pública - CNFP é integrado por bases próprias de informação dos órgãos e entidades gestoras de florestas públicas da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal em permanente atualização.

Atualmente, encontram-se identificadas no CNFP 210,9 milhões de hectares de florestas públicas distribuídas em 831 municípios, sendo que os cinco municípios com a maior área de florestas públicas são Altamira-PA (14,6 milhões de ha), São Gabriel da Cachoeira-AM (9,5 milhões de ha), Oriximiná-Pa (7,1 milhões de ha), Atalaia do Norte-AM (6,8 milhões de ha) e São Felix do Xingu-PA (5,2 milhões de ha). Esses cinco municípios juntos detêm aproximadamente 20% de

todas as florestas públicas brasileiras. O CNFP indica também que 53 municípios brasileiros possuem mais de um milhão de hectares de florestas públicas.

Todos os estados da federação possuem florestas públicas (federais e estaduais) identificadas no CNFP. O Estado do Amazonas, com 79,8 milhões de hectares, contempla a maior extensão de florestas públicas, seguido do Pará, com 63,6 milhões, de Roraima, com 16,5 milhões, do Mato Grosso, com 15,0 milhões, e do Amapá, com 9,4 milhões de hectares. Esses cinco estados amazônicos concentram 87,3% de todas as florestas públicas brasileiras cadastradas.

O Mapa das Florestas Públicas (federais e estaduais) identificadas no Cadastro Nacional de Florestas Públicas, em junho 2009, está apresentado na Figura 2. Apenas as florestas públicas estaduais cadastradas pelas Unidades da Federação constam do mapa abaixo.

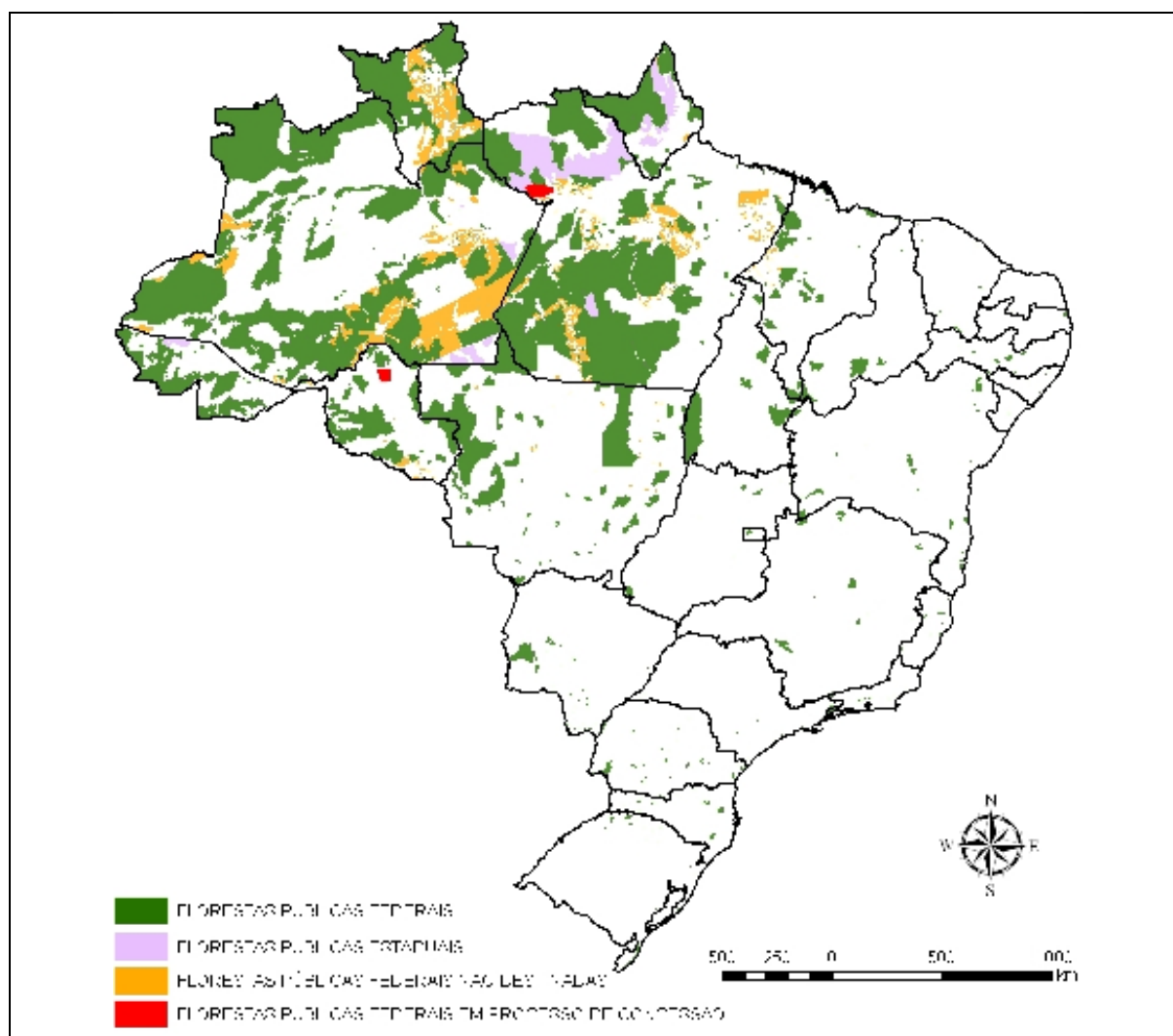


Figura 2: Florestas públicas identificadas no Cadastro Nacional de Florestas Públicas (junho 2009).

*Fonte: CNFP/Serviço Florestal Brasileiro*

## 2.2 As florestas públicas federais

As florestas públicas federais destinadas, também conhecidas como florestas do tipo A, são aquelas para as quais a União já definiu uma utilização para o cumprimento de uma função social, tais como a conservação ambiental ou o uso comunitário por grupos sociais.

As florestas não-destinadas, denominadas de tipo B, são aquelas situadas em terras arrecadadas, mas ainda sem destinação definida.

No Cadastro Nacional de Florestas Públicas estão incluídas as florestas públicas federais de tipo A e B. O Quadro 2 apresenta as florestas públicas federais por região, estado e situação.

**Quadro 2: Florestas públicas federais por região, estado e situação**

REGIÃO	UF	Floresta pública destinada (Tipo A)	Floresta pública não-destinada (Tipo B)	TOTAL
Centro-Oeste	DF	56.211		56.211
	GO	267.370		267.370
	MS	863.697		863.697
	MT	14.796.212	177.908	14.974.120
	<b>Subtotal</b>	<b>15.983.489</b>	<b>177.908</b>	<b>16.161.397</b>
Nordeste	AL	20.077		20.077
	BA	897.970		897.970
	CE	87.453	1.020	88.473
	MA	2.971.231	204.446	3.175.676
	PB	41.649		41.649
	PE	192.001		192.001
	PI	1.087.749		1.087.749
	RN	1.471		1.471
	SE	14.101		14.101
	<b>Subtotal</b>	<b>5.313.701</b>	<b>205.466</b>	<b>5.519.167</b>
Norte	AC	6.618.167	38.416	6.656.583
	AM	62.538.657	14.042.404	76.581.062
	AP	6.919.316	92.727	7.012.043
	PA	49.566.423	6.009.997	55.576.421
	RO	7.183.509	413.141	7.596.651
	RR	11.704.745	4.768.882	16.473.626
	TO	3.296.095	10	3.296.105
	<b>Subtotal</b>	<b>147.826.912</b>	<b>25.365.578</b>	<b>173.192.490</b>
Sudeste	ES	102.745		102.745
	MG	659.446		659.446
	RJ	138.635		138.635
	SP	76.243		76.243
	<b>Subtotal</b>	<b>977.069</b>		<b>977.069</b>
Sul	PR	472.866		472.866
	RS	261.932		261.932
	SC	215.101		215.101
	<b>Subtotal</b>	<b>949.899</b>		<b>949.899</b>
<b>TOTAL</b>		<b>171.051.071</b>	<b>25.748.952</b>	<b>196.800.023</b>

*Fonte: CNFP / Serviço Florestal Brasileiro*

As florestas públicas federais podem ser destinadas para diversas finalidades. De forma geral, as destinações podem caracterizar florestas nas quais o uso direto não é permitido, como no caso das Unidades de Conservação de Proteção Integral, e as florestas onde pode haver alguma forma de utilização dos recursos naturais, como as Unidades de Conservação de Uso Sustentável e as florestas destinadas às comunidades locais (PDS, PAE, PAF, etc.).

Do total de 196,8 milhões de hectares de florestas públicas federais identificadas no CNFP, 87% (173,1 milhões de ha) são de florestas destinadas, enquanto 13% (25,7 milhões de ha) são de florestas públicas não-destinadas, conforme pode ser observado na Figura 3. Essas últimas estão em áreas arrecadadas pelo Incra e são potencialmente passíveis de concessão florestal, conforme previsto no Artigo 7º, da Lei nº 11.284.

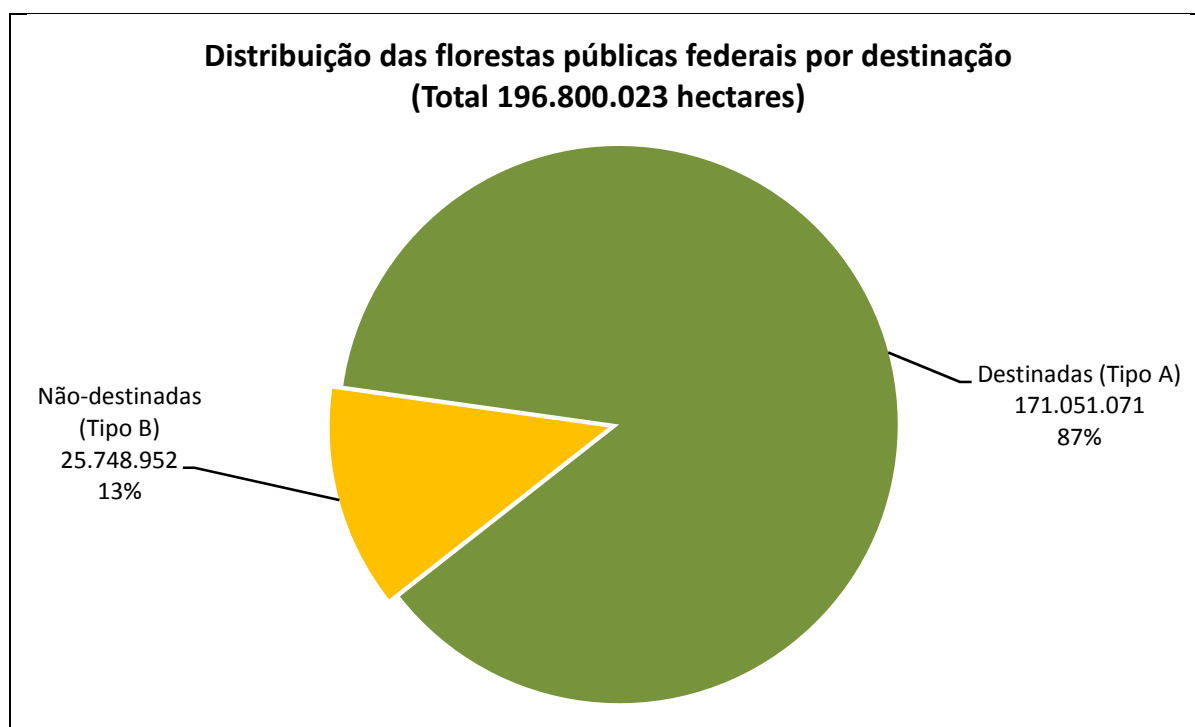


Figura 3: Distribuição das florestas públicas federais, segundo sua classificação de destinação.

Fonte: CNFP / Serviço Florestal Brasileiro

### 2.2.1 Florestas públicas federais destinadas a Unidades de Conservação

Das florestas públicas federais incluídas no Cadastro Nacional de Florestas Públicas, 59,3 milhões de hectares são de unidades de conservação, sendo 31,8 milhões de proteção integral e 27,5 milhões de uso sustentável. Em geral, as Unidades de Conservação Federais são incluídas sumariamente no CNFP, com exceção daquelas que por sua natureza admitem, parcial ou integralmente, a existência de propriedade privada nos seus domínios como as Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN, as Áreas de Proteção Ambiental - APA, as Áreas de Relevante Interesse Ecológico - ARIE, as Reservas de Desenvolvimento Sustentável - RDS e os Refúgios de Vida Silvestre - RVS. Nesses casos, somente a parcela localizada sobre terras públicas é inserida no CNFP.

No Quadro 3 são apresentadas as florestas públicas federais que estão destinadas a unidades de conservação. É importante frisar que nos biomas Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica, Pantanal e Pampa, a totalidade das florestas inseridas no CNFP até junho de 2009 referiu-se quase que exclusivamente às unidades de conservação e às Terras Indígenas - TI.

Quadro 3: Florestas públicas federais destinadas a unidades de conservação.

<b>Categoria de unidade de conservação</b>	<b>Área para proteção integral (ha)</b>	<b>Área para uso sustentável (ha)</b>
Estação Ecológica	7.001.369	
Parque Nacional	21.253.775	
Reserva Biológica	3.388.325	
Reserva da Vida Silvestre	168.884	
Área de Proteção Ambiental		1.641.139
Área de Relevante Interesse Ecológico		35.719
Floresta Nacional		14.406.403
Reserva Extrativista		11.353.456
Reserva de Desenvolvimento Sustentável		64.596
<b>Total geral</b>	<b>31.812.353</b>	<b>27.501.313</b>

*Fonte: CNFP / Serviço Florestal Brasileiro*

É importante notar que várias unidades de conservação encontram-se sobrepostas com Terras Indígenas. Neste caso, prevalece o registro das TI no CNFP. As Florestas Nacionais totalizam 14,4 milhões de hectares sem sobreposição com Terras Indígenas. Nas unidades de conservação de proteção integral não é possível a realização de atividades de manejo florestal. Por outro lado, naquelas de uso sustentável é possível o manejo da floresta para produtos e serviços sendo que, para cada categoria, existem condições específicas que precisam ser definidas em seus planos de manejo. As concessões florestais são aplicáveis apenas nas florestas públicas federais localizadas nas Florestas Nacionais e nas Áreas de Proteção Ambiental, conforme os respectivos planos de manejo e relatório ambiental preliminar.

### 2.2.2 Florestas públicas federais destinadas para uso comunitário

As florestas públicas podem ser destinadas às comunidades locais de diferentes formas. Além das Unidades de Conservação de Uso Sustentável, como as Reservas Extrativistas - Resex e as Reservas de Desenvolvimento Sustentável, onde um dos principais objetivos é beneficiar as populações tradicionais. Há também áreas destinadas a projetos de assentamento, incluindo os Projetos de Desenvolvimento Sustentável - PDS, os Projetos de Assentamento Agroextrativista - PAE, os Projetos de Assentamento Florestal - PAF e os Projetos de Assentamentos Especiais Quilombolas. Os Projetos de Assentamento Especiais Quilombolas são áreas que tendem a ter titulação coletiva em nome de uma associação, portanto, passando a ser considerada área privada, ou seja, fora do domínio da União. Para efeito do CNFP, as Terras Indígenas também são consideradas áreas destinadas à comunidade local.

As florestas públicas federais destinadas às comunidades podem ser utilizadas para a produção florestal, tanto madeireira como de produtos não-madeireiros, desde que consideradas regras de utilização estabelecidas em cada categoria e que haja o envolvimento das comunidades. A destinação de florestas públicas ao uso comunitário é feita de forma não-onerosa e antes da realização das licitações para concessão florestal.

No Quadro 4 são apresentadas as florestas públicas federais classificadas nas categorias de: Terras Indígenas, Projetos de Desenvolvimento Sustentável, Projetos de Assentamento Agroextrativista, Projetos de Assentamento Florestal e Unidades de Conservação de Uso Sustentável onde populações tradicionais podem utilizar os recursos florestais (Resex e RDS). Cerca de 123 milhões de hectares de florestas públicas federais estão destinados ao uso comunitário, dos quais 92,1% estão localizados no bioma Amazônico e 88,1% são Terras Indígenas.

Quadro 4: Florestas públicas federais destinadas às comunidades locais, por bioma.

<b>Bioma \ Tipo de Floresta</b>	<b>TI</b>	<b>Resex</b>	<b>PDS *</b>	<b>PAE</b>	<b>RDS</b>	<b>PAF</b>	<b>Total Geral</b>
AMAZÔNIA	98.881.186	11.230.236	1.835.162	1.324.184	64.596	137.141	113.472.505
CAATINGA	209.933	1.203					211.135
CERRADO	8.574.626	89.180					8.663.806
MATA ATLÂNTICA	511.815	32.837		1.833			546.485
PAMPA	2.404						2.404
PANTANAL	259.119						259.119
<b>Total geral</b>	<b>108.439.084</b>	<b>11.353.456</b>	<b>1.835.162</b>	<b>1.326.017</b>	<b>64.596</b>	<b>137.141</b>	<b>123.155.455</b>

\* No CNFP estão incluídos apenas PDS do Estado do Pará para os quais se encontram disponíveis dados georeferenciados.

**Fonte:** CNFP / *Serviço Florestal Brasileiro* (Julho 2008)

### 2.2.3 Florestas públicas federais arrecadadas e não-destinadas

Dos 196,8 milhões de hectares de florestas públicas federais identificadas no CNFP, cerca de 13% são florestas não-destinadas (Tipo B), que representam 25,7 milhões de hectares. Dessas, 99,7% encontram-se no bioma Amazônico, e o restante no Cerrado e na Caatinga.



A destinação das florestas públicas federais arrecadadas inclui o processo de regularização fundiária de posses com processos anteriores a 2004. Dessa forma, muitas áreas incluídas no CNFP poderão se tornar inativas à medida que essas posses venham a ser reconhecidas definitivamente como propriedades privadas.

O Quadro 5 mostra a distribuição das florestas públicas não-destinadas por Estado da Federação. A quase totalidade dessas florestas encontra-se nos estados da Região Norte, sendo que Amazonas, Pará e Roraima detêm 96,35% das florestas públicas federais não-destinadas.

Quadro 5: Distribuição das florestas públicas federais, arrecadadas e não-destinadas, por estado da federação.

Estado	Florestas públicas federais em terras arrecadadas e não-destinadas (ha)	Proporção do total de florestas públicas federais arrecadadas e não-destinadas (%)
Amazonas	14.042.404	54,54
Pará	6.009.997	23,34
Roraima	4.768.882	18,52
Rondônia	413.141	1,60
Maranhão	204.446	0,79
Mato Grosso	177.908	0,69
Amapá	92.727	0,36
Acre	38.416	0,15
Ceará	1.020	0,00
Tocantins	10	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>25.748.952</b>	<b>100,00</b>

*Fonte:* CNFP / Serviço Florestal Brasileiro

## 2.2.4 Florestas públicas federais com contrato de transição

Em atendimento ao disposto no artigo 70 da Lei de Gestão de Florestas Públicas, o Serviço Florestal Brasileiro atua como gestor de contratos de transição (ver destaque abaixo), que visam assegurar a execução de atividades de exploração previstas em planos de manejo florestais sustentáveis, situados em terras públicas, aprovados pelo órgão competente, antes da promulgação da Lei nº 11.284. Todos os contratos de transição em vigor, quando da elaboração deste PAOF, encontravam-se distribuídos integralmente no Estado do Pará, ao longo das rodovias BR-163 e BR-230 (Transamazônica), e totalizavam 7 mil hectares distribuídos nos municípios de Novo Progresso (1.358,03 ha) e Portel (5.648,95 ha).

## ***Contratos de Transição***

O Contrato de Transição é um instrumento administrativo temporário, estabelecido pela Lei de Gestão de Florestas Públicas, com objetivo de possibilitar a continuidade de atividades de produção florestal existentes em áreas de florestas públicas no momento de sua promulgação em 2 de março de 2006. A inclusão nessa modalidade transitória exige que os interessados estejam cumprindo as especificações técnicas estabelecidas pelas normas de manejo florestal e que a localização das unidades de manejo esteja em harmonia com as demais políticas fundiárias. A confirmação desses parâmetros ocorre mediante vistoria dos respectivos órgãos, Ibama para as questões ambientais e Incra para as questões fundiárias. Quando em áreas adjacentes a Terras Indígenas ou Unidades de Conservação Federais há, também, o concurso da Funai e do ICMBio, respectivamente. A partir da assinatura do contrato, é oficializada a interlocução entre os detentores de Planos de Manejo Florestal Sustentável-PMFS em áreas de florestas públicas e o Ministério do Meio Ambiente, por intermédio do Serviço Florestal Brasileiro. Os contratos permitem a continuidade das atividades florestais por 24 meses e, ao mesmo tempo, possibilitam que os detentores dos PMFS se adaptem e possam competir em futuras concessões. A importância dos Contratos de Transição decorre da existência de vários PMFS aprovados em áreas de florestas públicas na época de promulgação da Lei e da necessidade de considerar os aspectos ambientais e socioeconômicos abrangidos pela atividade florestal naquele momento. À época de celebração desses contratos, observou-se, especialmente, a área florestal abrangida e a necessidade de manter o suprimento de produtos madeireiros legalizados e a quantidade de postos de trabalhos direta e indiretamente envolvidacom a atividade. Os Contratos de Transição firmados preveem o recolhimento ao Serviço Florestal Brasileiro dos valores mensais equivalentes ao volume de produto florestal explorado e transportado, controlados por meio do sistema CEPROF, gerenciado pela Secretaria de Meio Ambiente do estado do Pará. No presente os contratos de transição vigentes totalizam cerca de sete mil hectares. Informações mais detalhadas podem ser consultadas no site do Serviço Florestal Brasileiro [www.florestal.gov.br](http://www.florestal.gov.br).

### 3 FLORESTAS PÚBLICAS FEDERAIS PARA CONCESSÃO

A Lei de Gestão de Florestas Públicas, em seu artigo 9º, determina que apenas as unidades de manejo previstas no Plano Anual de Outorga Florestal em vigência são elegíveis para a concessão florestal. Neste capítulo descreve-se o processo de seleção das florestas públicas federais passíveis de concessão em 2010.

#### 3.1 Metodologia utilizada para seleção das áreas

O processo de seleção de florestas públicas aptas para concessão é regido por critérios definidos na Lei nº 11.284/2006 e no Decreto nº 6.063/2007, que a regulamenta. Basicamente esse processo pode ser dividido em duas etapas descritas a seguir:

Na primeira etapa, verifica-se a aptidão legal das florestas públicas inseridas no Cadastro de Florestas Públicas da União (Filtro 1) para inclusão em processos de concessão florestal (Figura 4).

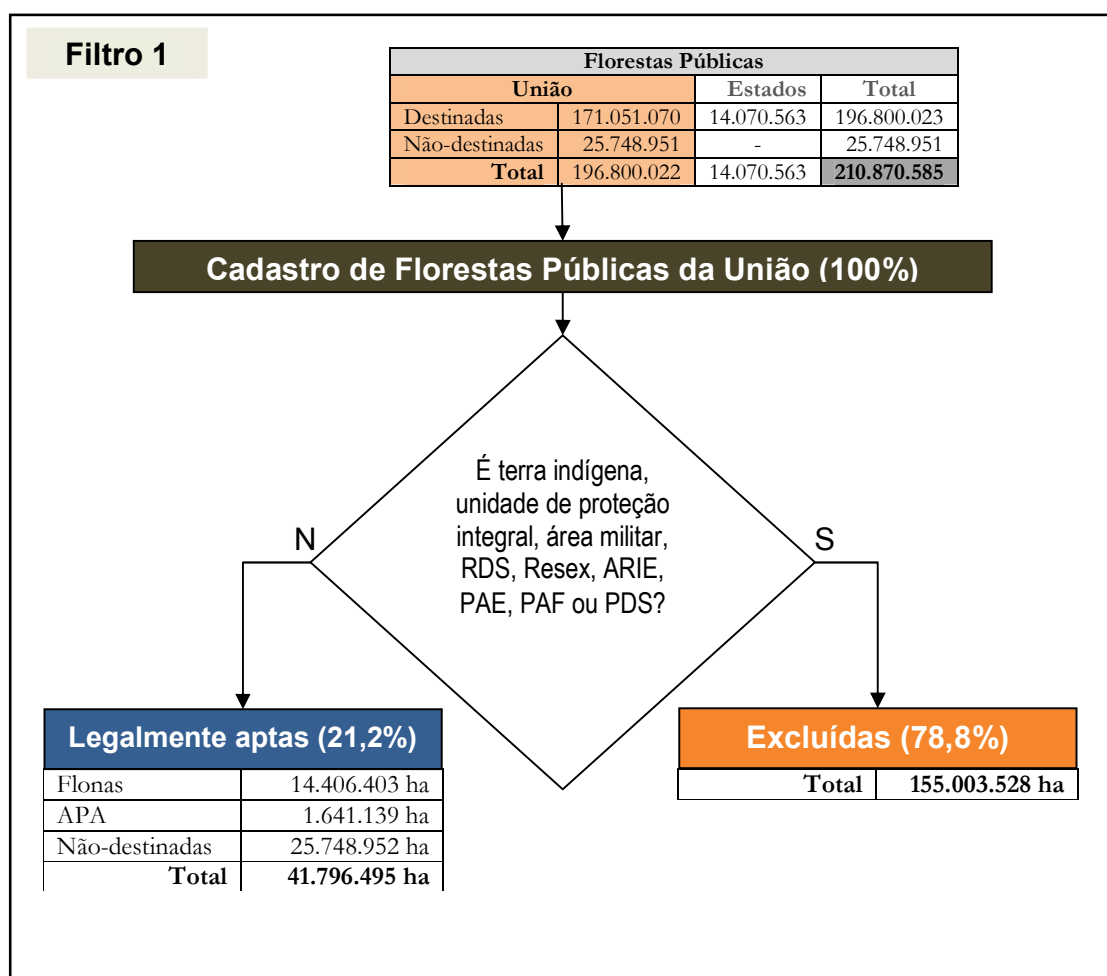


Figura 4: Seleção das florestas públicas federais aptas para concessão em 2010.

Nessa fase, são consideradas florestas públicas legalmente impedidas de inclusão em processos de concessão florestal aquelas já destinadas ao uso de comunidades tradicionais, às unidades de conservação de proteção integral, além das Reservas de Desenvolvimento Sustentável, das Reservas Extrativistas e das Áreas de Relevante Interesse Ecológico. Com base no primeiro critério de seleção (filtro 1) foram excluídos do PAOF 2010 155.003.528 hectares de florestas públicas federais, assim distribuídas: Terras Indígenas (108 milhões de ha), Unidades de Conservação de Proteção Integral (31,8 milhões de ha), Assentamentos (PAE – 1,3 milhão de ha; PAF – 137 mil ha; PDS – 1,8 milhão de ha), Reservas de Desenvolvimento Sustentável (64,5 mil ha), Áreas de Relevante Interesse Ecológico (36 mil ha) e Reservas Extrativistas (11,5 milhões de ha).

A Figura 5 apresenta as florestas públicas federais inseridas no CNFP sem restrições legais para inclusão em processos de concessão florestal e aquelas que se encontram sob processo de concessão.

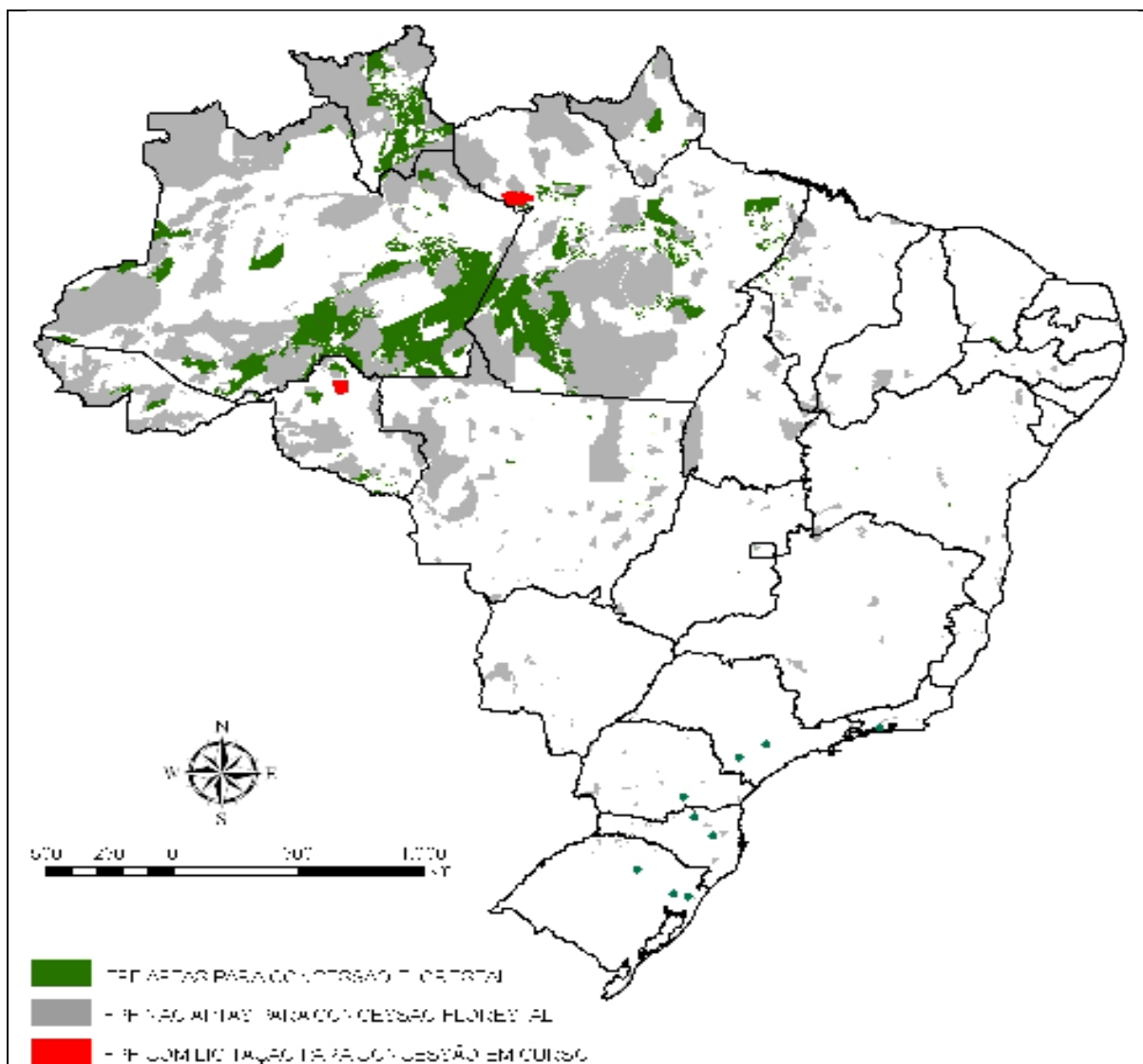


Figura 5: Florestas públicas legalmente aptas para concessão em 2010.

Fonte: CNFP / Serviço Florestal Brasileiro

Uma área superior a 41 milhões de hectares, dividida em Florestas Nacionais (14,4 milhões de ha), Áreas de Proteção Ambiental (1,64 milhões de ha) e florestas públicas federais ainda não-destinadas (25,7 milhões de ha), foi selecionada como legalmente apta à concessão, passando para a segunda etapa (filtro 2) de seleção, com vistas à inserção no PAOF 2010.

Nesta segunda fase do processo de seleção são avaliadas apenas as florestas públicas legalmente aptas para concessão identificadas na fase anterior (Figura 6). O processo tem início com a identificação se a floresta pública é destinada ou não-destinada. No caso de florestas não-destinadas que não apresentam potencial de destinação para concessão florestal, procede-se a exclusão da área. Para aquelas que, por outro lado, apresentam potencial de destinação para concessões, avalia-se o potencial de aprovação do licenciamento no período de vigência deste PAOF e, também, a relevância estratégica da floresta não-destinada (distância de mercados formais, posicionamento em relação às frentes de desmatamento, etc.).

As florestas públicas enquadradas na categoria destinadas são avaliadas quanto à categoria de uso, no caso Floresta Nacional ou APA. Em se tratando de uma Floresta Nacional procede-se com a verificação da existência de plano de manejo da unidade aprovado ou das condições de sua elaboração e aprovação no período de vigência do PAOF 2010. No caso de APA, avalia-se a existência de Relatório Ambiental Preliminar – RAP ou a possibilidade de elaboração do RAP no período de vigência deste plano. Em seguida, avalia-se a existência de eventuais demandas comunitárias e a relevância estratégica da Flona ou APA para concessão. As florestas públicas não-destinadas, as Florestas Nacionais e APA selecionadas com base nos critérios anteriores passam a integrar o grupo das florestas passíveis de concessão florestal.

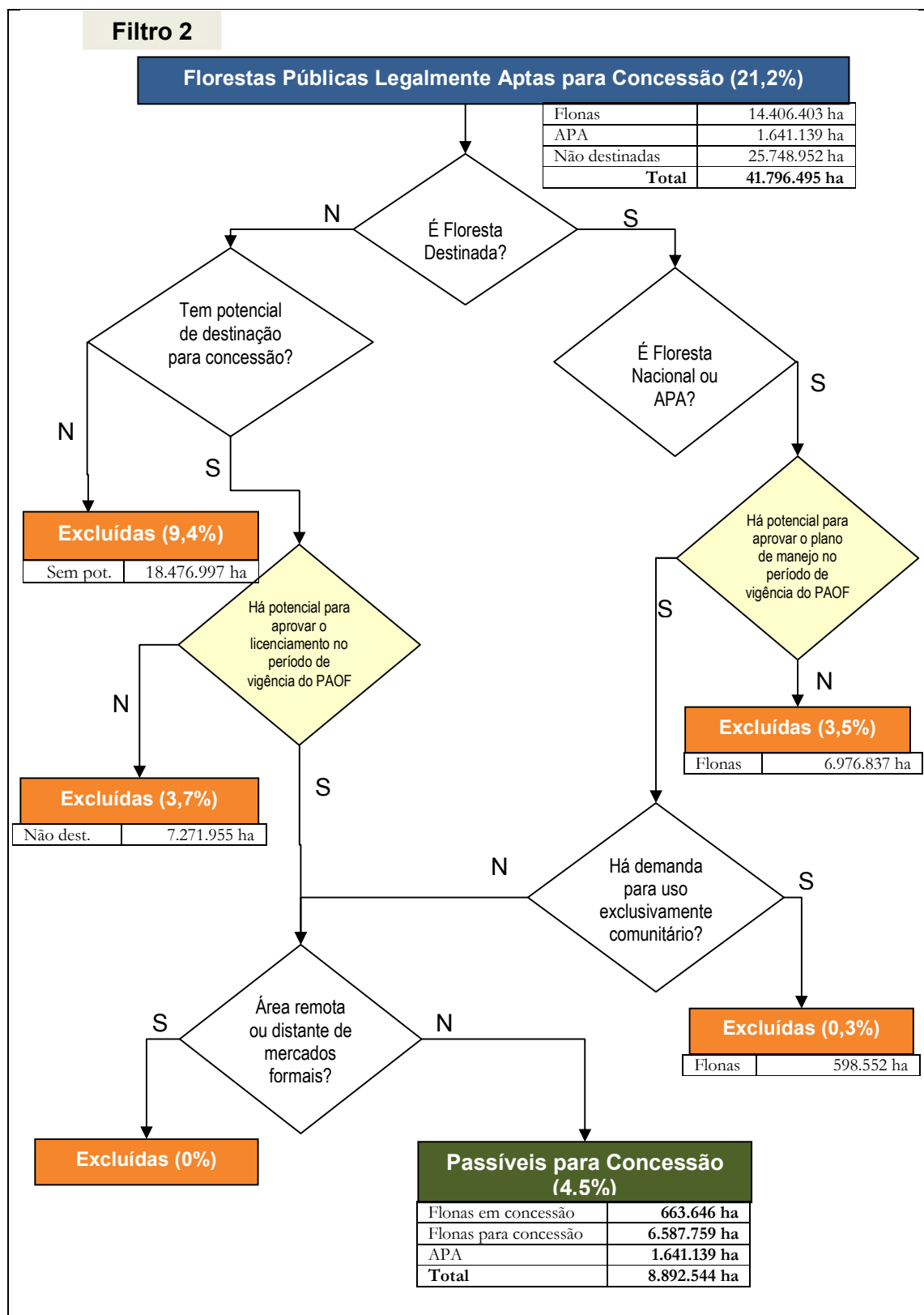


Figura 6: Seleção das florestas públicas federais passíveis de concessão em 2010.

A aplicação dos critérios mencionados na segunda etapa de seleção de florestas públicas federais para fins de concessão resultou na exclusão de cerca de 7,5 milhões de hectares de Flonas, sendo que desses, 7 milhões de ha foram devidos à indisponibilidade de planos de manejo no período de vigência deste PAOF e 598 mil ha em razão de demandas para uso exclusivamente comunitário, como é o caso das Flonas do Araripe-Apodi, Contendas do Sincorá e Tapajós.

As florestas públicas não-destinadas quando sujeitas aos mesmos critérios tiveram 25,7 milhões de hectares excluídos por: (i) não apresentarem potencial de destinação para concessões (ii) não apresentarem condições objetivas de licenciamento no período do PAOF 2010; ou (iii) não representarem relevância estratégica.

Ao final do processo de seleção de áreas passíveis de concessão florestal no período de janeiro a dezembro de 2010, este PAOF torna elegível para concessão 8,7 milhões de hectares de florestas públicas federais distribuídas entre 26 Flonas e uma APA.

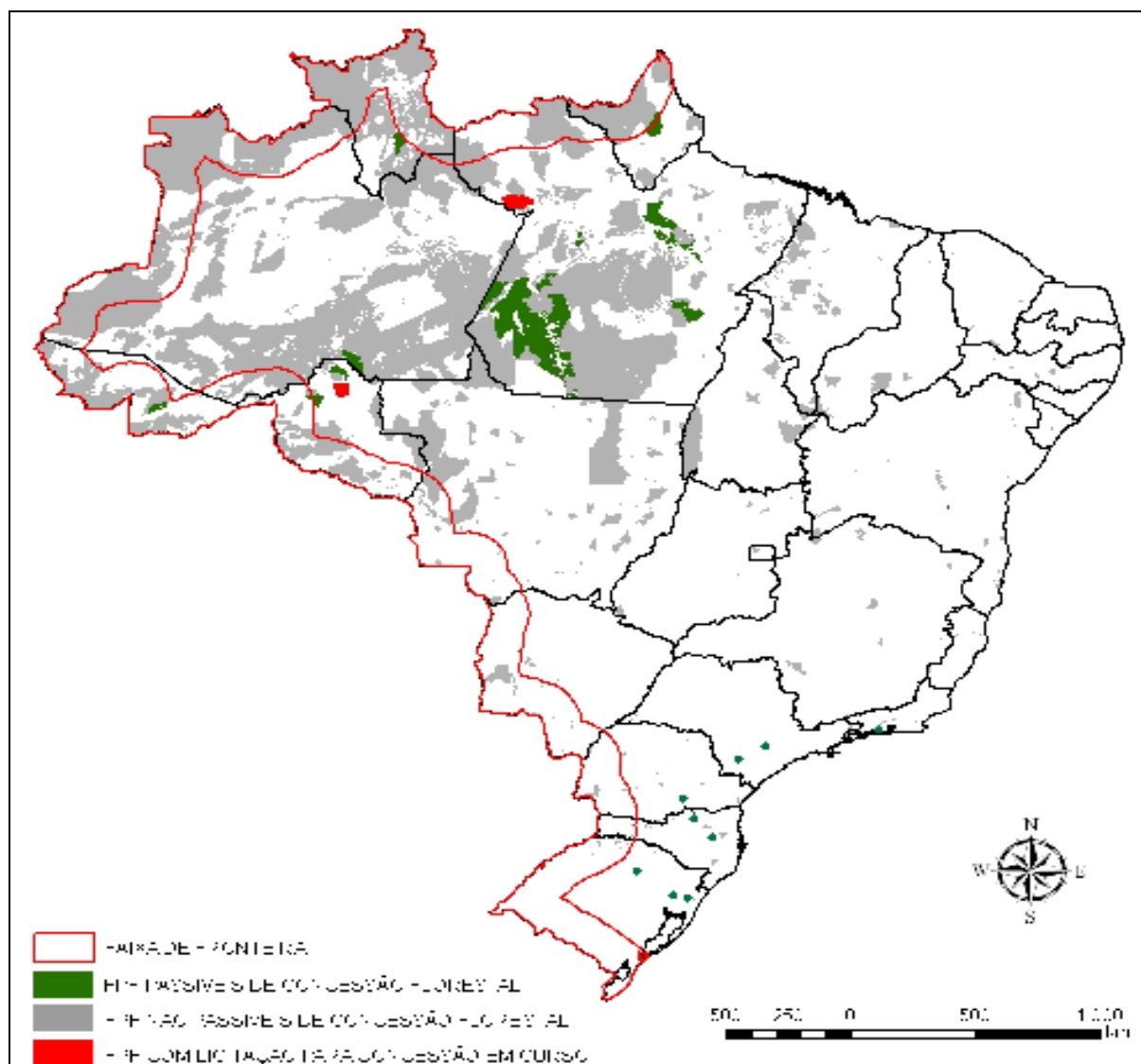


Figura 7: Florestas públicas federais passíveis de concessão em 2010.

Fonte: CENP / Serviço Florestal Brasileiro

### 3.2 Florestas públicas federais passíveis de concessão

Este Plano Anual de Outorga Florestal contém as florestas passíveis de concessão no período de janeiro a dezembro de 2010.

Do total de 196,8 milhões de hectares com florestas públicas federais inseridas no Cadastro Nacional de Florestas Públicas, 41,8 milhões de hectares (21,2 %) não apresentam restrições legais para concessões florestais e encontram-se em Florestas Nacionais, Áreas de Proteção Ambiental ou em florestas públicas federais localizadas em áreas arrecadadas e não-destinadas.

A quase totalidade das florestas públicas federais legalmente disponíveis para concessão florestal está localizada no bioma Amazônico (99,6%). Os biomas Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica



detêm 181,5 mil hectares dessas florestas públicas federais, dos quais 109,5 mil ha estão em Florestas Nacionais e 72 mil ha em áreas arrecadadas e não-destinadas.

Desse conjunto, o Serviço Florestal Brasileiro avaliou a consistência com as demais políticas públicas, com as necessidades sócio-econômica-ambientais, com as condições institucionais para o início de processos licitatórios, de forma a planejar as ações preparatórias para a realização das concessões. Este processo seletivo identificou 8,7 milhões de hectares onde unidades de manejo poderão ser licitadas para concessão florestal no período janeiro a dezembro de 2010 ou encontram-se em processo de licitação. Essas áreas representam 4,5% do total de florestas públicas federais e 21,3% daquelas legalmente disponíveis para concessão florestal.

O Quadro 6 Apresenta todas as florestas publicas federais passíveis de concessão em 2010.

**Quadro 6:** Florestas públicas federais passíveis de concessão florestal em 2010.

UF	Floresta Pública Federal	Área (ha)
AC	Flona de São Francisco	21.205
	Flona do Macauã	176.148
AM	Flona de Humaitá	461.339
AP	Flona do Amapá	459.220
PA	APA do Tapajós	1.641.139
	Flona de Altamira	761.232
	Flona de Carajás	393.331
	Flona de Caxiuanã	322.368
	Flona de Itaituba I	220.223
	Flona de Itaituba II	421.027
	Flona de Saracá-Taquera*	441.152
	Flona do Amana	542.620
	Flona do Crepori	742.197
	Flona de Itacaiunas	81.504
	Flona do Jamanxim	1.301.390
	Flona do Tapirapé-Aquiri	191.933
	Flona do Trairão	250.406
RO	Flona de Jacundá	220.784
RS	Flona de Canela	541
	Flona de São Francisco de Paula	1.609
	Flona Passo Fundo	1.289
SC	Flona de Caçador	708
	Flona de Chapecó	1.603
	Flona de Três Barras	4.451
PR	Flona de Assungui	548
SP	Flona Capão Bonito	4.728
	Flona de Ipanema	5.355
<b>Total geral</b>		<b>8.670.050</b>

\* Floresta em processos de licitação para concessão florestal em 2009.

**Fonte:** CENFP / Serviço Florestal Brasileiro

O Quadro 7 apresenta a distribuição das áreas de florestas públicas federais passíveis de concessão entre os estados da Federação. Merece destaque o Estado do Pará que, isoladamente, detém 86,8% do total dessas florestas.

Quadro 7: Distribuição das Florestas Públicas Federais passíveis de concessão em 2010 por estados da Federação

Estado	APA (ha)	Flona (ha)	Total (ha)	Proporção do total (%)
AC		197.353	197.353	1, 902
AM		461.339	461.339	4, 448
AP		459.220	459.220	4, 427
PA	1.641.139	7.370.418	9.011.557	86, 891
PR		548	548	0, 005
RO		220.784	220.784	2, 128
RS		3.439	3.439	0, 033
SC		6.762	6.762	0, 065
SP		10.083	10.083	0, 097
<b>Total geral</b>	<b>1.641.139</b>	<b>8.729.946</b>	<b>10.371.085</b>	<b>100,00</b>

Fonte: CNFP/Serviço Florestal Brasileiro

### 3.3 Consistência com outras concessões e políticas

As atuais políticas públicas setoriais, além dos programas e planos dos demais órgãos de governo se constituem em importantes marcos orientadores do PAOF 2010.

Dentre esses, destacam-se iniciativas de grande valor estratégico: o Plano de Aceleração do Crescimento - PAC; o Plano Amazônia Sustentável - PAS, o Programa Nacional de Florestas - PNF, o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal – PPCDAM, o Plano Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC, os Distritos Florestais Sustentáveis - DFS e a Operação Arco Verde.

Todas essas iniciativas têm interações com as áreas de florestas públicas que representam 25% do território nacional. O PAOF 2010 contempla ações de gestão de florestas públicas integradas e harmonizadas com os esforços dos governos e da sociedade voltados ao crescimento sustentável, por meio de políticas e programas em diversos setores.

O PAOF 2010 apresenta interface significativa com as orientações estratégicas do Plano Amazônia Sustentável - PAS. O combate a grilagem, a garantia de acesso democrático aos recursos naturais, a atenção prioritária às áreas críticas com conflitos sociais e degradação ambiental, a estruturação de cadeias produtivas, o incentivo a atividades relacionadas à prestação de serviços ambientais, com benefícios nas escalas local, nacional e global, o uso eficiente dos recursos naturais e a agregação de valor, com a geração de emprego e renda locais, dentre outros foram devidamente considerados na elaboração do PAOF 2010. As florestas públicas federais passíveis de serem submetidas a processos de concessão em 2010 se enquadram nas orientações do PAS.

O Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal – PPCDAM consiste em um conjunto de ações prioritárias para a contenção do desmatamento, bem como para a viabilização de estratégias alternativas de proteção e uso sustentável da floresta. O PAOF 2010 se insere plenamente nas diretrizes e prioridades do PPCDAM, especialmente no

que se refere à valorização do manejo florestal sustentável, ao respeito à gestão descentralizada e compartilhada com os municípios, estados e o Distrito Federal, ao estímulo à transparência e controle social na gestão de florestas públicas federais e à efetividade dos sistemas integrados de monitoramento das florestas públicas, dentre outras. As concessões florestais previstas no PAOF 2010 são elementos fundamentais da Operação Arco Verde (ver destaque abaixo) promovida pelo Governo Federal para reduzir o desmatamento em áreas prioritárias.

### **Operação Arco Verde**

A Operação Arco Verde consiste em uma iniciativa do Governo Federal para promover uma presença mais efetiva do poder público na Amazônia Brasileira, concentrando os esforços da União, estados e municípios nos territórios prioritários para prevenção e combate ao desmatamento.

A Operação é coordenada pela Casa Civil da Presidência da República e pelo Ministério do Meio Ambiente, e prevê o estabelecimento de cooperações entre os três níveis de governo visando o compartilhamento de informações e concentração da atuação dos diversos órgãos para a implantação de uma agenda positiva de desenvolvimento para a região, por intermédio do estabelecimento de novos padrões de produção, respeitando-se as bases legais e os planos de desenvolvimento regional.

Os principais vetores dessa mudança são a regularização fundiária, a oferta de tecnologias adaptadas e de assistência técnica para a produção sustentável, a operacionalização de instrumentos de aquisição de alimentos, garantia de preços mínimos, e o aporte de conhecimentos técnicos de análise e gestão ambiental junto aos municípios da região.

Quanto ao desenvolvimento florestal, a principal iniciativa é a oferta de florestas públicas para o manejo florestal sustentável, principalmente por intermédio de concessões florestais, o desenvolvimento de tecnologias para a silvicultura com espécies florestais nativas, visando o abastecimento de mercados de madeira serrada e de energia, auxiliando na recuperação ambiental de áreas desmatadas, e na operacionalização das linhas oficiais de crédito para essas atividades.

As principais áreas de atuação da Operação Arco Verde são os municípios que apresentaram as maiores taxas de desmatamento nos últimos dois anos, e que tiveram as suas dinâmicas econômicas, geralmente fundamentadas em atividades insustentáveis, mais afetadas pela maior intensidade das iniciativas de fiscalização ambiental.

A elaboração do PAOF 2010 considerou também as áreas classificadas pelo Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira - Probio como prioritárias para criação de Unidades de Conservação de Proteção Integral. A análise de sobreposição com florestas passíveis de concessão não resultou em qualquer antagonismo com as áreas indicadas pelo Probio.

O Plano Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC, no qual o equacionamento das questões relacionadas às mudanças no uso da terra e suas implicações diretas nas emissões de gases do efeito estufa é uma das principais vertentes, se constituiu em peça fundamental para o planejamento das ações contidas neste PAOF.

Da mesma forma, as concessões florestais previstas no PAOF para 2010 assumem papel preponderante na consolidação do Distrito Florestal Sustentável da BR-163 (ver destaque abaixo), que prevê o desenvolvimento de um território baseado na economia dos produtos e serviços florestais.

### **Distrito Florestal Sustentável da BR-163**

O primeiro Distrito Florestal Sustentável (DFS), criado por Decreto em 13 fevereiro de 2006, está localizado na região oeste do Estado do Pará compreendendo a área que se estende de Santarém até Castelo dos Sonhos, no eixo da BR-163 (Cuiabá- Santarém), e de Jacareacanga a Trairão no eixo da BR-230 (Transamazônica).

O DFS da BR-163 abrange mais de 19 milhões de hectares e compreende áreas dos municípios de Altamira, Aveiro, Belterra, Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso, Placas, Rurópolis, Santarém e Trairão. A região conta com mais de 90% de área ocupada por florestas e é quase totalmente localizada em terras públicas.

Aproximadamente 53% da área são formados por Unidades de Conservação, num total de 10,8 milhões de hectares (8,2 milhões pertencentes à categoria de Uso Sustentável), dos quais 7 milhões de hectares foram criados entre 2005 e 2006. Recentemente, em 14 de maio de 2009, foram constituídos os Conselhos Consultivos das Flonas Amana, Crepori, Itaituba I e II, Altamira e Trairão, todas localizadas no DFS da BR-163. As unidades fazem parte de um mosaico de unidades de conservação que inclui, ainda, três Parques nacionais, duas Reservas Extrativistas, e uma Área de Proteção Ambiental.

A instalação dos Conselhos Consultivos assegura maior transparência na gestão das Flonas e, juntamente com o Plano de Manejo da Unidade, é um dos requisitos à realização de processos de concessão florestal nessa categoria de floresta pública federal.

Além dos estudos realizados em florestas públicas do Distrito Florestal Sustentável da BR-163, tais como inventários florestais, levantamentos socioeconômicos, avaliações ecológicas para a elaboração de Planos de Manejo das Flonas do Distrito, o Serviço Florestal Brasileiro implantou a Unidade Regional do DFS da BR-163, a qual tem sistematicamente acompanhado e participado dos principais eventos relacionados à gestão dos recursos naturais da região.

A avaliação da compatibilidade e convergência das concessões florestais previstas para ocorrerem no período de vigência deste PAOF considerou os dados e informações disponibilizados pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM. A análise realizada indicou que cerca de 40% (4,8 milhões de hectares) do total das florestas públicas federais passíveis de concessão em 2010 apresentam algum tipo de sobreposição de interesse, manifestado por diversas demandas minerais - lavras concedidas ou em processo de requerimento – conforme detalhamento apresentado no quadro 8.

Quadro 8: Sobreposição de áreas de florestas públicas com áreas de potencial interesse mineral

<b>Tipo de demanda mineral</b>	<b>Tipo de floresta</b>	<b>Área</b>	<b>%</b>
Lavra concedida ou em fase preliminar de análise/pesquisa	APA	1.355.612	11,3
	Flona	2.435.312	20,3
	Não-destinada	1.019.731	8,5
		4.810.654	40,0
Sem Interesse Mineral	APA	285.527	2,4
	Flona	5.236.115	43,5
	Não-destinada	1.694.129	14,1
		7.215.771	60,0
<b>TOTAL</b>		<b>12.026.426</b>	<b>100,0</b>

Contudo, quando se avalia apenas as áreas com licença de lavra já concedida<sup>3</sup>, a sobreposição reduz-se para apenas 28,5 mil hectares, se consideradas apenas as florestas passíveis que ainda não tiveram o processo de concessão iniciado, conforme quadro 9). Quando se considera a Floresta Nacional de Saracá-Taquera, a área destinada para lavra se sobrepõe a uma unidade de manejo, que será explorada de forma sincronizada com a mineração (ver destaque abaixo). Avaliando-se as demais unidades de conservação de uso sustentável passíveis de concessão em 2010, nota-se que apenas a Flona de Ipanema apresenta área com sobreposição expressiva (17%). Nas demais, a sobreposição é pouco significativa e não compromete as operações vinculadas às concessões florestais previstas neste PAOF.

<sup>3</sup> Corresponde a uma das seguintes fases definidas pelo DNPM: *concessão de lavra, lavra garimpeira, licenciamento ou registro de extração*.

### **Compatibilização das atividades de manejo florestal e mineração na Flona de Saracá-Taquera**

A Flona de Saracá-Taquera contemplou o primeiro edital de concessão florestal no qual o Serviço Florestal Brasileiro incorporou elementos para a compatibilização das atividades de manejo florestal com as atividades de mineração. Essa compatibilização ocorre em dois momentos: no planejamento do edital e no estabelecimento de regras para a compatibilização operacional.

A compatibilização no planejamento do edital considera o plano de lavra da concessionária de mineração para o dimensionamento das unidades de manejo florestal, evitando a sobreposição com platôs com previsão lavra muito recente, e a definição de regras específicas para a produção florestal em topos de platôs.

A compatibilização operacional ocorre por meio do estabelecimento de um conjunto de ações que a concessionária florestal deve incorporar ao seu planejamento operacional, com o objetivo de conciliar as atividades florestais com as atividades de pesquisa e lavra mineral. Os principais objetivos desse planejamento são: a redução dos riscos de acidentes, a adequação dos cronogramas de operações, a definição de regras para o uso compartilhado de vias e a implementação de operações incompatíveis no mesmo local e ao mesmo de tempo.

Esse planejamento objetiva também potencializar as ações de mitigação de impactos ambientais de ambas concessionárias, devendo ser incorporado ao plano de manejo da concessionária florestal.

Adicionalmente, o Serviço Florestal Brasileiro iniciou gestões junto ao Ministério de Minas e Energia - MME e ao Departamento Nacional de Pesquisa Mineral - DNPM para a elaboração de regulamentação conjunta que normatize a compatibilização dessas atividades em áreas de florestas públicas na região Amazônica, de modo a assegurar a coexistência das concessões florestais e minerais em áreas de interesse mútuo.

**Quadro 9: Sobreposição de área em Unidades de Conservação (UC) com lavras concedidas**

UC		Área (ha)	% da UC
Passíveis de concessão	APA Tapajós	3.607	0,2
	Carajás	13.841	3,5
	Ipanema	913	17,0
	Amaná	899	0,2
	Crepore	3	0,0
	Tapirapé-Aquiri	9.181	4,8
		28.453	
Em processo de concessão			
	Saracá-Taquera	116.430	26,4
		185.337	
		213.790	

Este PAOF também avaliou a convergência das concessões florestais previstas para 2010 com as áreas de potencial interesse para o segmento de petróleo e gás. Conforme dados básicos fornecidos pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, as florestas

públicas federais passíveis de concessão em 2010 que se apresentam sobrepostas a bacias sedimentares com prévio interesse do setor de petróleo e gás, encontram-se no quadro 10.

Quadro 10: Sobreposição de florestas públicas federais passíveis de concessão florestal com bacias sedimentares de interesse do setor de petróleo e gás.

Flona	Comentário
Jacundá e Humaitá	Integralmente localizada na Bacia Sedimentar do Solimões.
Macauã e São Francisco	Integralmente localizada na Bacia Sedimentar Madre de Dios, com estudos em andamento (aerolevantamento magnetométrico e gravimétrico).
Caçador, Canela, Chapecó, Passo Fundo, São Francisco de Paula e Três Barras	Integralmente localizada na Bacia Sedimentar do Paraná. Existem estudos previstos para esta bacia sedimentar (Levantamento geoquímico e dados gravimétricos e magnetométricos).
Capão Bonito e Ipanema	Integralmente localizada na Bacia Sedimentar do Paraná. Existem estudos previstos para esta bacia sedimentar (Levantamento geoquímico e dados gravimétricos e magnetométricos). Trecho do Gasoduto Bolívia-Brasil encontra-se inserido na área da Flona de Ipanema.

Em razão da natureza da atividade e das particularidades que envolvem as rodadas de licitações para a exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, o grau de sobreposição e as possibilidades concretas de compatibilização dessas atividades com as concessões florestais para a produção de bens e serviços em florestas públicas federais devem ser rigorosamente avaliadas em conjunto com a ANP, durante a fase de elaboração dos editais de concessão florestal e no momento da definição das unidades de manejo.

Após a seleção preliminar das florestas públicas federais passíveis de concessão e segundo determinam os parágrafos 2º e 3º do art. 10 da Lei de Gestão de Florestas Públicas, foram realizadas consultas ao Conselho de Defesa Nacional- CDN e a Secretaria do Patrimônio da União - SPU do Ministério do Planejamento. O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio também foi consultado quanto a adequabilidade das áreas indicadas no PAOF 2010 para fins de concessão florestal.

**[O Serviço Florestal Brasileiro encontra-se no aguardo das manifestações dessas instituições públicas]**

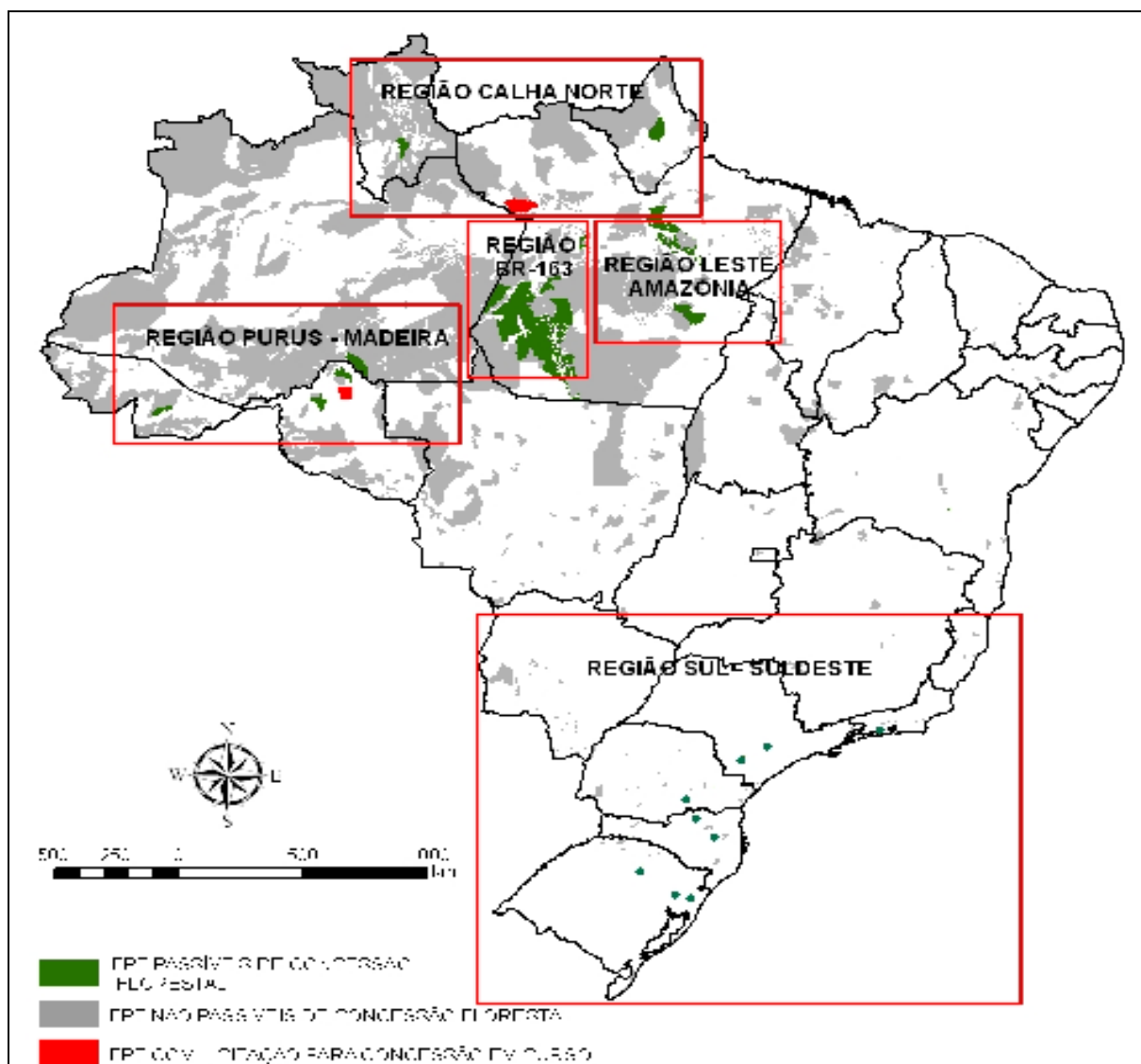


**{No caso do PAOF do Estado do [... conforme previsto na Lei de Gestão de Florestas Públicas, os estados podem encaminhar os seus PAOF até o dia 30 de junho de cada ano. O Serviço Florestal Brasileiro aguarda o encaminhamento desses documentos pelos estados para considerações neste PAOF da União]}**

Complementarmente, nova oportunidade de conciliação de interesses se materializará durante as consultas e audiências públicas realizadas durante a elaboração dos editais de licitação.

### ***3.4 Caracterização das macro-regiões com florestas públicas federais passíveis de concessão florestal***

O Serviço Florestal Brasileiro definiu cinco macro-regiões para cumprir com o seu papel na gestão de florestas públicas federais: (i) Purus-Madeira; (ii) Distrito Florestal Sustentável da BR-163; (iii) Calha Norte; (iv) Amazônia Leste; e (v) Sul e Sudeste. A Figura ilustra a localização dessas macro-regiões.



**Figura 8:** Florestas públicas federais passíveis de concessão em 2010 distribuídas em macro-regiões  
 Fonte: CNFP / Serviço Florestal Brasileiro

A área com florestas públicas federais passíveis de concessão em cada macro-região é apresentada no Quadro 11. Observa-se uma alta concentração dessas florestas no Estado do Pará (cerca de 80%), distribuídos principalmente entre as macro-regiões do Distrito Florestal da BR-163 (63%) e da Amazônia Leste (16%).

A intensidade das atividades florestais nessas regiões justifica essa concentração, não apenas porque se busca estabelecer um marco referencial de manejo florestal sustentável, por meio de concessões geridas pelo Serviço Florestal Brasileiro, mas também porque essa modalidade de gestão florestal estabelecerá as condições necessárias para a produção regular de madeira com origem sustentável, para o suprimento dos empreendimentos localmente instalados.

Quadro 11: Distribuição das florestas públicas federais passíveis de concessão em cada macrorregião.

Macro-região	APA	FLONA	Área Total
Distrito Florestal Sustentável da BR-163	1.641.139	4.239.095	5.880.234
Purus-Madeira		1.101.970	1.101.970
Calha Norte		1.160.100	1.160.100
Amazônia Leste		1.049.032	1.049.032
Sul e Sudeste		21.380	21.380
<b>Total geral</b>	<b>1.641.139</b>	<b>7.571.576</b>	<b>9.212.715</b>

*Fonte: CNFP / Serviço Florestal Brasileiro*

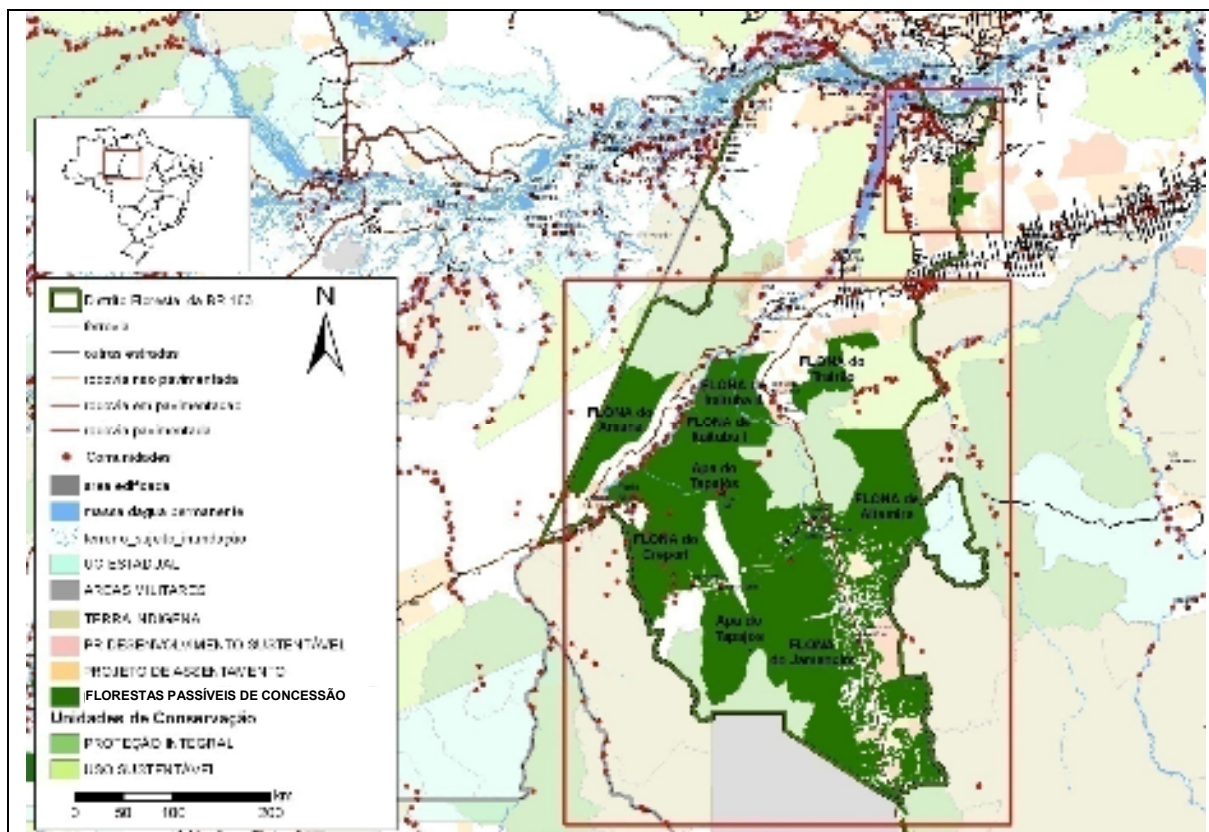
### 3.4.1 Macro-região do Distrito Florestal Sustentável da BR163

A região do Distrito Florestal Sustentável - DFS da BR-163 concentra 5,9 milhões de hectares de florestas públicas federais passíveis de concessão em 2010, distribuídas em 7 Florestas Nacionais, 1 APA, conforme especificado no Quadro 12 e ilustrado na Figura 9.

**Quadro 12:** Florestas públicas federais passíveis de concessão na macro-região do DFS da BR-163.

Tipo de Florestas Públicas	Floresta	Estado	Município	Área (ha)
<b>FLONA</b>	Amana	PA	Itaituba e Jacareacanga	542.620
	Crepори	PA	Jacareacanga e Itaituba	742.197
	Jamanxin	PA	Novo Progresso e Itaituba	1.301.390
	Itaituba I	PA	Trairão e Itaituba	220.223
	Itaituba II	PA	Trairão e Itaituba	421.027
	Altamira	PA	Altamira, Itaituba e Trairão	761.232
	Trairão	PA	Rurópolis, Trairão e Itaituba	250.406
<b>APA</b>	Tapajós	PA	Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso e Trairão	1.641.139
<b>Total Geral</b>				<b>5.880.234</b>

*Fonte: CNFP / Serviço Florestal Brasileiro*



**Figura 9:** Florestas públicas federais da macro-região do DFS da BR-163 passíveis de concessão em 2010.

*Fonte: CNFP / Serviço Florestal Brasileiro*

### 3.4.1.1 3.4.1.1. Florestas públicas federais passíveis de concessão na macro-região do DFS da BR-163

A realização de concessões nas florestas públicas do DFS da BR-163 viabiliza o desenvolvimento de uma economia florestal sustentável na região e se apresenta como uma alternativa promissora para a recuperação da economia local que entrou em declínio acentuado nos últimos anos, em razão da intensidade das ações de combate a ilegalidade promovida pelo Governo Federal. As concessões florestais ampliarão a oferta de madeira e de outros produtos florestais com origem legal e sustentável, abrindo perspectivas concretas de recuperação da indústria madeireira local e do estabelecimento de novos empreendimentos com estabilidade no longo prazo.

#### A - Florestas Nacionais de Amaná, Crepori, Jamanxim, Altamira, Itaituba I, Itaituba II e Trairão

Essas sete Flonas, localizadas no Distrito Florestal Sustentável da BR-163, totalizam 4,2 milhões de hectares e são compostas predominantemente de florestas ombrófila densa e ombrófila aberta. O acesso a essas unidades é feito por estradas de terra e, no caso das Flonas de Itaituba I e II, também por via fluvial pelo Rio Tapajós e seus afluentes, principalmente o Rio Jamanxim. Nas

Flonas de Crepori e Jamanxim incidem títulos minerários em fase de autorização de pesquisa e requerimento de lavra. Na Flona de Amaná há títulos minerários incidentes em fase de autorização de pesquisa, concessão de lavra, lavra garimpeira e requerimento de lavra. Dentre as sete Flonas passíveis de concessão, todas possuem Conselho Consultivo e as Flonas de Amaná, Crepori, Altamira e Trairão possuem Plano de Manejo da Unidade.

## **B - Área de Proteção Ambiental do Tapajós**

A APA Tapajós está situada na porção oeste do Distrito Florestal Sustentável da BR-163 abrangendo aproximadamente 1,6 milhão de hectares. A estrada Transgarimpeira corta a APA no sentido leste-oeste e constitui-se no seu melhor acesso. A vegetação na APA é composta de florestas ombrófila densa e ombrófila aberta. A APA Tapajós encontra-se com o Relatório Ambiental Preliminar em fase adiantada de elaboração, com previsão de conclusão até dezembro de 2009.

### **3.4.1.2 Características demográficas dos municípios com florestas passíveis de concessão florestal na macro-região do DFS da BR-163**

A área total do DFS da BR-163 é de 19 milhões de hectares. Os municípios nos quais se localizam as florestas públicas federais passíveis de concessão em 2010 ocupam uma área de aproximadamente 33,2 milhões de hectares e abrigam uma população de aproximadamente 670.081 mil habitantes (Quadro ).

**Quadro 12:** Dados demográficos básicos dos municípios da macro-região da BR-163 que abrigam florestas públicas federais passíveis de concessão em 2010.

Estado	Município	População	Área (1000 ha)	Densidade Demográfica (hab./ha)
PA	Altamira	92.105	15.969,6	0, 173
PA	Itaituba	118.194	6.204,1	0, 052
PA	Jacareacanga	37.073	5.330,3	0, 143
PA	Novo Progresso	21.598	3.816,2	0, 176
PA	Rurópolis	32.950	702,1	0, 021
PA	Trairão	16.097	1.199,1	0, 074
Total		318.017	33.221.40	Média 0, 106

Fonte: IBGE, Cidades@, 2007

### **3.4.1.3 Áreas de uso comunitário no entorno das florestas passíveis de concessão**

A Figura também permite avaliar a dispersão das comunidades identificadas pelo IBGE e a localização e distribuição de outras comunidades e áreas especialmente destinadas para uso comunitário no entorno das florestas públicas passíveis de concessão em 2010, na macro-região do DFS da BR-163, dentre as quais se destacam:

- a) **As Terras Indígenas:** Mundurucu, Cayabim, Sai-Cinza, Coata-larajal, Andirá-marau, Cachoeira-seca, Xipaya, Kuruáya, Baú, Menkragnoti e Panará;
- b) **Os Projetos de Desenvolvimento Sustentáveis:** Néelson de Oliveira, Terra Nossa, Nova Esperança, Laranjal, Água-azul, Boa Vista do Caracol, Taboari, Pimental, Novo Mundo, Arthur Faleiro, Avelino Ribeiro, Castanheira, Água-preta, Irmã-Dorothy, Igarapé do Anta, Ademir Federicce, Ouro Branco, Santa Clara, Vila Nova 1, Vila Nova 2 e Renascer;
- c) **A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Barariti;**
- d) **As Áreas de Proteção Ambiental Estaduais:** Santa Maria do Uruará e Triunfo do Xingu;
- e) **As Florestas Nacionais:** Jatuarana e Tapajós;
- f) **Os Projetos de Assentamento Extrativista:** Moju 1, Moju 2, Ituqui, Aramanaí e Pindobal; e
- g) **38 Projetos de Assentamento.**

#### 3.4.1.4 Pólos de produção florestal na macro-região do DFS da BR-163

Nessa região encontram-se cinco pólos de produção, distribuídos em 15 localidades com 205 empresas e um total de 23,6 mil empregos com uma renda bruta estimada em US\$ 184 milhões. As indústrias de base florestal localizadas na macro-região do DFS da BR-163 apresentavam, em 2006, uma demanda aparente de 1,4 milhão de m<sup>3</sup> de madeira (Quadro 13). Entretanto, as autorizações de manejo nessa região não atingiram 200 mil m<sup>3</sup> anuais naquele período, o que sinaliza a ocorrência de um consumo industrial acima de 1 milhão de m<sup>3</sup> oriundos de fontes não sustentáveis.

Essa macro-região - que foi uma das mais afetadas pela suspensão de PMFS a partir de 2003, devido, em parte, a grande concentração de terras públicas - deve ser beneficiada pela implantação de concessões florestais, voltadas para a produção sustentável de bens e serviços.

**Quadro 13:** Pólos de produção florestal na macro-região do DFS da BR-163

Pólo	Localidade	Número de empresas	Produção anual de toras (m³)	Empregos gerados (total)	Renda Bruta 2004 em US\$
Castelo dos Sonhos	Castelo dos Sonhos	31	279.020	3.778	32.084.747
	Vila Três de Maio	11	90.979	1.073	10.551.056
Itaituba	Itaituba	6	66.414	1.204	8.814.858
	Rurópolis	21	43.989	902	3.803.649
	Vila do Km 30	3	19.597	251	1.460.539
N. Progresso	Alvorada do Pará	10	53.385	752	6.069.239
	Moraes de Almeida	20	64.483	2.323	21.211.504
	N. Progresso	38	290.974	4.650	38.532.953
	Vila Km 1000	9	78.096	767	8.381.157
	Vila Santa Julia	6	53.061	532	5.695.097
Santarém	Santarém	25	167.599	4.490	22.985.317
Trairão	Bela Vista Caracol	5	31.954	517	3.645.820
	Trairão	14	100.331	1.198	11.204.527
	Vila Areia	1	22.049	718	2.405.339
	Vila Jamanxim	5	65.667	535	7.681.566
<b>Total</b>		<b>215</b>	<b>1.427.598</b>	<b>23.690</b>	<b>184.527.368</b>

**Fonte:** *Lentini et al., 2005*

A movimentação de produtos e subprodutos florestais, registradas pelo Documento de Origem Florestal - DOF do IBAMA, no período de janeiro a maio de 2008, identificou a madeira processada como principal produto da região e destinada a atender os mercados dos seguintes estados: Pará (40%), Paraná (21%), Santa Catarina (13%), Rio Grande do Sul (11%) e São Paulo (5%). No mesmo período, uma reduzida parcela de resíduos do processamento foi destinada primordialmente para os estados do Paraná (60%), Santa Catarina (19%) e Mato Grosso do Sul (14%). Segundo o IBAMA, as categorias com maior representação dentro da macro-região do DFS da BR-163 são as micro e as empresas de pequeno porte (42% cada), seguidas daquelas de porte médio (15%).



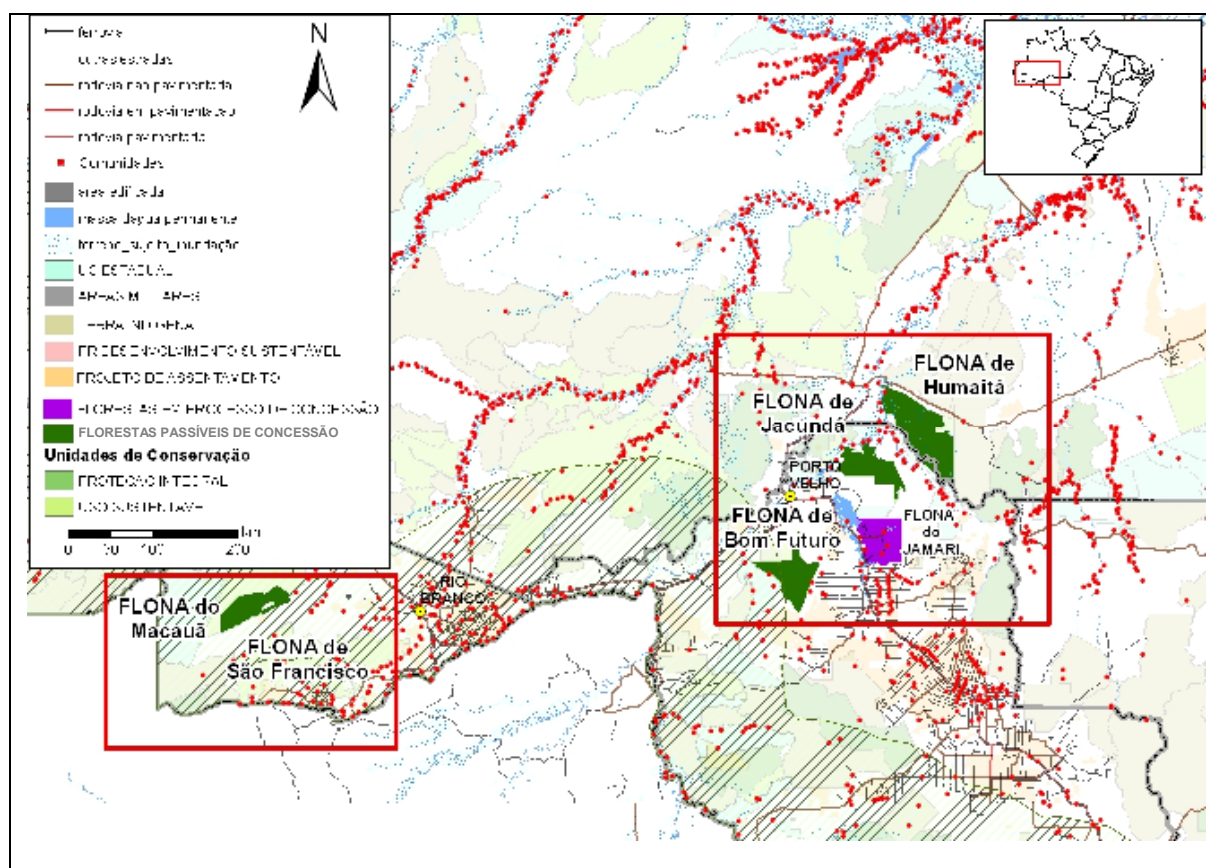
### 3.4.2 Macro-região do Purus-Madeira

A macro-região do Purus-Madeira concentra 1,1 milhão de hectares de florestas públicas federais passíveis de concessão em 2010, distribuídas em 5 Florestas Nacionais, conforme especificado no Quadro 19 e ilustrado na Figura 12.

**Quadro 14:** Florestas públicas federais passíveis de concessão na macro-região do Purus-Madeira.

Tipo de FPF	Floresta	Estado	Município	Área (ha)
Flonas	Jacundá	RO	Candeias do Jamari e Porto Velho	220.784
	Macauã	AC	Sena Madureira	176.148
	São Francisco	AC	Sena Madureira	21.205
	Humaitá	AM	Humaitá	461.339
<b>Total geral</b>				<b>879.476</b>

*Fonte: CNEP / Serviço Florestal Brasileiro*



**Figura 10:** Florestas públicas federais da macro-região Purus-Madeira passíveis de concessão em 2010

*Fonte: CNEP / Serviço Florestal Brasileiro*



### 3.4.2.1 Florestas públicas federais passíveis de concessão na macro-região do Purus-Madeira

#### A - Floresta Nacional de Jacundá

A floresta é composta predominantemente de floresta ombrófila aberta (86,65%) e de floresta ombrófila densa (13,35%). A Flona possui Conselho Consultivo e tem plano de manejo aprovado. Há ocorrência de títulos minerários na área da Flona, todos em fase de autorização de pesquisa.

#### B - Floresta Nacional de Humaitá

A vegetação predominante nesta Flona é a floresta ombrófila densa (94,19%), contudo, verificam-se áreas de contato savana-floresta ombrófila (5,52%) e de floresta ombrófila aberta (0,29%). A Flona ainda não possui Conselho Consultivo instalado e Plano de Manejo. Há registro de sobreposição de 6,3% da área total da Flona com a Terra Indígena Diahui.

#### C - Florestas Nacionais de Macauã e São Francisco

As Flonas de Macauã e São Francisco são compostas em sua totalidade por florestas ombrófilas abertas. Ambas as Flonas possuem Conselho Consultivo, porém ainda não há Planos de Manejo das Unidades aprovados. Macauã e São Francisco são unidades de conservação de uso sustentável localizadas na faixa de fronteira e, portanto, qualquer processo de concessão florestal nessas Flonas deverá ser precedido de manifestação favorável e outras orientações do Conselho de Defesa Nacional.

### 3.4.2.2 Características demográficas dos municípios com florestas passíveis de concessão florestal na macro-região do Purus-Madeira

Os municípios nos quais se localizam as florestas públicas federais passíveis de concessão em 2010 na macro-região do Purus-Madeira ocupam uma área de aproximadamente 11,6 milhões de hectares e abrigam uma população de 512,1 mil habitantes (Quadro ).

**Quadro 15:** Dados demográficos básicos dos municípios da macro-região do Purus-Madeira que abrigam florestas públicas federais passíveis de concessão em 2010.

Estado	Município	População	Área (1000 ha)	Densidade Demográfica (hab./ha)
RO	Burutis	33.072	326,6	0, 101
RO	Candeias do Jamari	16.736	684,4	0, 024
RO	Cujubim	13.857	386,4	0, 036
AM	Humaitá	38.559	3.307,2	0, 012
RO	Itapuã do Oeste	7.905	408,1	0, 019
RO	Porto Velho	369.345	3.408,2	0, 108
AC	Sena Madureira	34.230	2.527,8	0, 014
Total		513.704	11.048,7	Média 0, 045

Fonte: IBGE, Cidades@, 2007

### 3.4.2.3 Áreas de uso comunitário no entorno das florestas passíveis de concessão

A Figura permite avaliar a dispersão das comunidades identificadas pelo IBGE e a localização e distribuição de outras comunidades e áreas destinadas para uso comunitário no entorno das florestas públicas passíveis de concessão em 2010 na macro-região do Purus Madeira, dentre as quais se destacam:

I – Na região oeste:

- a) **As Terras Indígenas:** Kukina Igarapé do Paú, Kaxinauá, Nova Olinda, Jaminauá Envira, Riozinho do Alto Envira, Alto Rio Purús, Mamoadate, Cabeceira do Rio Acre, Igarapé Capana, Camicuã, Boca-do-Acre e Apuinã Km 124 BR 317;
- b) **As Florestas Nacionais:** Santa Rosa do Purús, Mapiá-inauini e Purus;
- c) **As Reservas Extrativistas:** Cazumbá-Iracema, Chico Mendes e Arapixi;
- d) **A Área de Relevante Interesse Ecológico** Seringal Nova Esperança; e
- e) **32 Projetos de Assentamento.**

II – Na região leste:

- a) **As Terras Indígenas:** Caititu, Juma, Ipixuna, Pirahã, Torã, Jamari, Ariramba, Sapoti, Rio Manicoré, Tenharim Marmelo, Dihauri, Nove de Janeiro, Tenharim do Igarapé Preto, Rio Pardo, Igarapé Lourdes, Uru-eu-Wau-Wau e Karipuna;
- b) **As Reservas Extrativistas Estaduais:** do Guariba, Guariba Roosevelt, Rio Preto – Jacundá e Rio Jaci-Paraná;
- c) **As Florestas Nacionais:** Balata-tufari e Bom-Futuro;
- d) **As Florestas Estaduais:** Rio Madeira A e Rio Vermelho B;
- e) **80 Projetos de Assentamento.**

### 3.4.2.4 Pólos de produção florestal na macro-região do Purus-Madeira

A macro-região do Purus-Madeira contempla duas realidades distintas. O Estado de Rondônia constitui-se em uma antiga fronteira da atividade florestal, realizada em grande parte de forma insustentável. A segunda é composta pela região de Humaitá, no Sul do Amazonas, e pelo Acre, onde a atividade florestal ainda é incipiente, apresentando uma demanda por produtos florestais aparentemente baixa.

Tanto o Acre como o sul do Amazonas tendem a receber a pressão migratória da atividade florestal vinda de Rondônia. Ao todo, há na macro-região uma demanda aparente de 2,3 milhões de m<sup>3</sup>, sendo 80% dela concentrada nos pólos de produção de Rondônia (Quadro 16).

A oferta regular e de longo prazo de produtos florestais e serviços pelas Flonas de Humaitá, Jacundá e Jamari pode contribuir significativamente para o ordenamento das atividades florestais em bases sustentáveis na interface do Estado de Rondônia com o sul do Amazonas. A Flona de Jamari, licitada em 2007, tem previsão para ofertar matéria-prima florestal de origem sustentável a partir do segundo semestre de 2009.

**Quadro 16:** Pólos de produção florestal na macro-região do Purus-Madeira

Pólo	Localidade	Número de empresas	Produção anual de toras (m³)	Empregos gerados (total)	Renda Bruta 2004 em US\$
Rio Branco	Capixaba	2	29.066	222	3.791.269
	Boca do Acre	20	143.254	553	13.645.626
	Sena Madureira	2	19.931	77	1.542.269
	Rio Branco	25	204.111	939	21.030.724
	Guioimar	3	23.636	83	1.572.352
Humaitá	Humaitá	4	51.186	4	10.702.820
Alto Paraíso	Alto Paraíso	25	222.022	2.482	18.475.375
	Itapuã do Oeste	7	37.978	670	3.002.498
Ariquemes	Ariquemes	55	530.000	9.253	61.228.802
Cujubim	Cujubim	19	190.000	2.583	14.981.942
Machadinho do Oeste	Machadinho do Oeste	20	139.053	2.675	17.894.567
	Vale do Anari	3	20.946	306	2.031.511
Nova Mamoré	Guajará Mirim	5	41.686	581	3.616.027
	Nova Mamoré	16	158.314	2.210	13.800.061
Porto Velho	Extrema de Rondônia	7	75.686	1.149	9.823.465
	Jaci Paraná	20	142.040	2.082	15.654.220
	Nova Califórnia	4	49.766	611	6.875.810
	Porto Velho	1	6.635	110	711.863
	Vista Alegre	13	195.871	1.920	22.906
<b>Total</b>		<b>251</b>	<b>2.281.181</b>	<b>28.510</b>	<b>220.404.107</b>

*Fonte: Lentini et al., 2005*

Os registros efetuados pelo Ibama, por intermédio do DOF, nos primeiros cinco meses de 2008 evidenciaram que a madeira processada apresentou-se como o principal produto florestal dessa macro-região. Do total produzido, aproximadamente 90% foram destinados aos estados de São Paulo (26%), Minas Gerais (17%), Santa Catarina (9%), Paraná (8%), Goiás (8%), Rio Grande do Sul (7%), Pará (6%), Rio de Janeiro (5%) e Espírito Santo (4%). O carvão vegetal, ainda que produzido em quantidades pouco significativas, abasteceu os mercados de Mato Grosso (45%), São Paulo (30%) e Minas Gerais (25%). Os resíduos do processamento industrial gerados na região foram destinados aos estados do Paraná (28%), Santa Catarina (26%), Mato Grosso do Sul (20%), São Paulo (7%), Sergipe (5%) e Acre (4%). As informações do Ibama indicam que a indústria de base florestal na macro-região do Purus-Madeira está representada pelas empresas de micro (44%), pequeno (47%) e de médio (7%) portes.

De acordo com Veríssimo (2006), cerca de 91% da movimentação de madeira processada e praticamente a totalidade da madeira não-processada ocorrida nessa macro-região é oriunda do Estado de Rondônia. Apesar das informações obtidas pela análise do DOF não demonstrarem movimentações de produtos florestais não-madeireiros, o Serviço Florestal Brasileiro detectou um elevado potencial para a produção extrativista, incluindo castanha, borracha, óleo de copaíba e semente de jaraiva, nessa região.

### 3.4.3 Macro-região da Calha Norte

Na macro-região da Calha Norte há 900.372 hectares de florestas públicas federais passíveis de concessão em 2010, distribuídos em 2 Florestas Nacionais, conforme especificado no Quadro 17

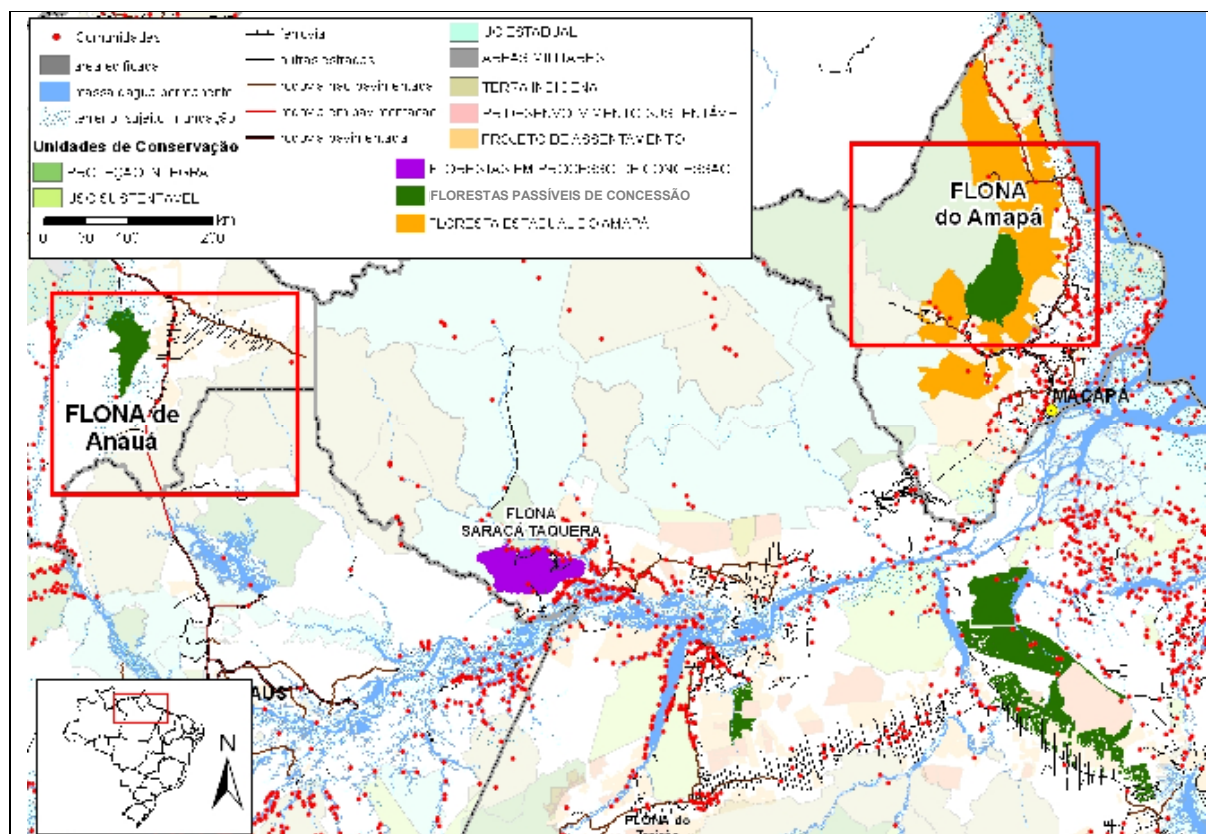
e ilustrado na Figura 13. Dentre essas Flonas, encontra-se a de Saracá-Taquera cujo processo de licitação foi iniciado em 2009 e prevê a concessão de 215.354 hectares, distribuídos em 4 unidades de manejo florestal, com áreas de 19.688, 25.486, 33.406 e 136.774 hectares, respectivamente.

**Quadro 17:** Florestas públicas federais passíveis de concessão na macro-região da Calha Norte.

Tipo de FPF	Floresta	Estado	Município	Área (ha)
Flonas	Amapá	AP	Amapá, Ferreira Gomes, Pedra Branca do Amapari, Porto Grande, Pracuúba, Serra do Navio e Tartarugalzinho	459.220
	Saracá-Taquera*	PA	Oriximiná, Faro e Terra Santa	441.152
Total geral				900.372

\* com licitação em curso em 2009

**Fonte:** CNFP / Serviço Florestal Brasileiro



**Figura11:** Florestas públicas federais da macro-região da Calha Norte passíveis de concessão em 2010.

**Fonte:** CNFP / Serviço Florestal Brasileiro

### **3.4.3.1 Florestas públicas federais passíveis de concessão na macro-região da Calha Norte**

#### **A - Floresta Nacional de Saracá-Taquera**

A Floresta Nacional de Saracá-Taquera possui 441.152 hectares de floresta ombrófila densa. A biomassa florestal presente na Flona é muito elevada, além dos altos índices de diversidade de fauna e flora. A Flona é adjacente à Reserva Biológica do Rio Trombetas. O acesso principal é feito por Porto Trombetas, na margem esquerda do Rio Trombetas e pelos municípios de Faro e Terra Santa, pelo Rio Nhamundá. Na área da Flona há presença de comunidades remanescentes de quilombos, que se distribuem ao longo do Rio Trombetas, tanto na Flona, como na Rebio e nos entornos. Na Floresta Nacional existe a produção de bauxita pela Mineração Rio do Norte S.A. - MRN que explora o minério desde 1976, portanto, anterior à criação da unidade de conservação. As operações decorrentes da exploração mineral foram consideradas tanto no decreto de criação quanto no plano de manejo da unidade. A Flona de Saracá-Taquera encontra-se em processo de licitação para concessão florestal em 215 mil hectares voltados à produção de bens e serviços.

#### **B - Floresta Nacional do Amapá**

A Flona do Amapá é composta unicamente por floresta ombrófila densa. A Flona possui Conselho Consultivo, contudo ainda não tem plano de manejo aprovado. Há incidência de títulos minerários, todos em fase de autorização de pesquisa. Há registro de sobreposição de uma área de 5,7 mil hectares (1,4% do total da Flona) com a Floresta Estadual do Amapá. A Flona do Amapá possui 118 mil hectares dentro da faixa de fronteira e, portanto, qualquer processo de concessão florestal nessa Flona deverá ser precedido de manifestação favorável e outras orientações do Conselho de Defesa Nacional.

### **3.4.3.2 Características demográficas dos municípios com florestas passíveis de concessão florestal na macro-região da Calha Norte**

Os municípios nos quais se localizam as florestas públicas federais passíveis de concessão em 2010, na macro-região da Calha Norte, ocupam uma área de aproximadamente 25 milhões de hectares e abrigam uma população de 183,5 mil habitantes (Quadro).

**Quadro 18:** Dados demográficos básicos dos municípios da macro-região da Calha Norte que abrigam florestas públicas passíveis de concessão em 2010.

Estado	Município	População	Área (1000 ha)	Densidade Demográfica (habitantes/ha)
AP	Amapá	7.492	916,9	0, 008
AP	Ferreira Gomes	5.040	504,7	0, 010
AP	Pedra Branca do Amapari	7.332	949,5	0, 008
AP	Porto Grande	13.962	440,2	0, 032
AP	Pracuúba	3.353	495,7	0, 007
AP	Serra do Navio	3.772	775,7	0, 005
AP	Tartarugalzinho	12.395	671,2	0, 018
PA	Faro	17.253	1.176,7	0, 015
PA	Oriximiná	55.175	10.760,3	0, 005
PA	Terra Santa	15.316	190,1	0, 081
RR	Caracarái	17.981	4.741,1	0, 004
RR	Rorainópolis	24.466	3.359,4	0, 007
Total		183.537	24.981,5	Média 0, 007

Fonte: IBGE, *Cidades@*, 2007

### 3.4.3.3 Áreas de uso comunitário no entorno das florestas passíveis de concessão

A Figura também permite avaliar a dispersão das comunidades identificadas pelo IBGE e a localização e distribuição de outras comunidades e áreas destinadas para uso comunitário no entorno das florestas públicas passíveis de concessão em 2010 na macro-região da Calha Norte, dentre as quais se destacam:

I – No entorno da Flona de Saracá-Taquera:

- a) **As Terras Indígenas:** Nhamundá-Mapuera e Trombetas-Mapuera;
- b) **A Floresta Nacional** Mulata;
- c) **As Florestas Estaduais:** Faro e Trombetas;
- d) **A Reserva Extrativista** Tapajós-Arapicuns;
- e) **A Área de Proteção Ambiental Estadual** Inhamundá;
- f) **46 Projetos de Assentamento.**

II– No entorno da Flona do Amapá:

- a) **As Terras Indígenas:** Uaçá e Waiãpi;
- b) **As Áreas de Proteção Ambiental:** do Rio Curiaú e do Arquipélago do Marajó;
- c) **A Floresta Estadual** do Amapá;
- d) **As Reservas de Desenvolvimento Sustentável:** Rio Iratapuru e Itatupã-Baquiaá;
- e) **A Reserva Extrativista** do Rio Cajari;
- f) **22 Projetos de Assentamentos.**

III– No entorno da Flona de Anauá:

- a) **As Terras Indígenas:** Waimiri-Atroari, Trombetas-Mapuera, Jacamim, Wai-Wai e Yanomami;
- b) **A Área de Proteção Ambiental Estadual** Caverna do Maroaga;
- c) **A Floresta Nacional** de Roraima;
- d) **20 Projetos de Assentamentos.**

### 3.4.3.4 Pólos de produção florestal na macro-região da Calha Norte

A região da Calha Norte, juntamente com o oeste paraense, é uma das regiões onde a floresta comporta com facilidade o atendimento à demanda por produtos florestais. Além disso, essa macro-região concentra basicamente florestas públicas, tornando a regulação ao acesso dessas áreas em elemento chave para o desenvolvimento regional em bases sustentáveis.

Os Estados do Amapá e de Roraima, juntamente com a o norte do Pará produzem 450 mil de m<sup>3</sup> de madeira em tora, sendo que desse total, 37% é produzido apenas na região de Santarém-PA (Quadro).

Nessa macro-região, a Floresta Nacional de Saracá-Taquera encontra-se em processo de licitação para fins de concessão florestal. Próximas à Flona de Saracá-Taquera, as Florestas Estaduais de Faro e Trombetas, cujo processo de elaboração do plano de manejo encontra-se em curso, são consideradas pelo Governo do Pará áreas prioritárias para aplicação do modelo de concessões florestais estaduais. No momento em que a oferta de produtos florestais advindos dessas concessões se estabilize, grande parte da demanda hoje existente na região das ilhas no Pará deverá ser atendida.

Por outro lado, o baixo consumo de madeira no Amapá pode atrair investimentos de outras regiões, especialmente do leste do Pará, caso concessões florestais sejam implantadas nessa região.

**Quadro19:** Pólos de produção florestal na macro-região da Calha Norte.

Pólo	Localidade	Número de empresas	Produção anual de toras (m <sup>3</sup> )	Empregos gerados (total)	Renda Bruta 2004 em US\$
Santarém	Oriximiná	11	22.401	440	2.061.705
	Santarém	25	167.599	4.490	22.985.319
Roraima	Boa Vista	9	46.349	981	8.084.437
	Caracara	2	1.780	40	155.383
	Mucaja	4	21.233	348	1.799.612
	Rorainópolis	9	45.885	746	4.612.199
	São João da Baliza	4	14.752	260	1.287.462
Amapá	Macapá	9	50.038	877	4.922.689
	Mazagão	2	4.509	122	359.310
	Pedra Branca	6	10.964	248	583.933
	Porto Grande	5	11.669	278	812.525
	Várzea Amapaense	51	52.820	703	2.574.470
<b>Total</b>		<b>137</b>	<b>449.999</b>	<b>9.533</b>	<b>50.239.044</b>

*Fonte: Lentini et al., 2005*

A movimentação de produtos e subprodutos florestais nos municípios de Pedra Branca do Amapari-AP, Porto Grande-AP, Serra do Navio-AP, Oriximiná-Pa, Caracaraí-Rr e Rorainópolis-Rr, todos na macro-região da Calha Norte, registradas pelo Documento de Origem Florestal - DOF, no período de janeiro a maio de 2008, identificou a madeira não-processada como o principal produto dessa região. A madeira processada atendeu os mercados do: Pará (29%), Amazonas (25%), Roraima (19%), Amapá (11%), Ceará (6%) e São Paulo (5%). Segundo o IBAMA, as indústrias madeireiras mais representativas da macro-região da Calha Norte são as micro (67%) e as empresas de pequeno porte (31%).

### 3.4.4 Macro-região da Amazônia Leste

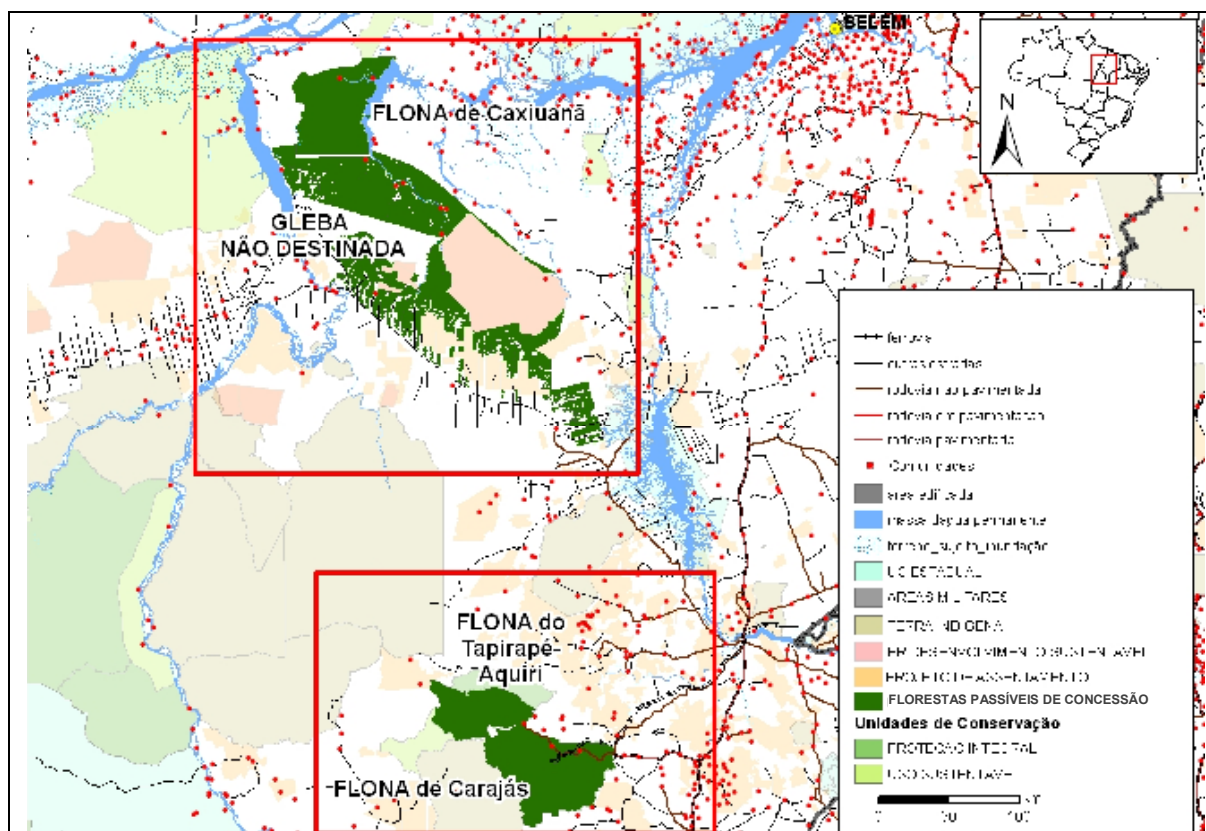
Na macro-região da Amazônia Leste há 1,049 milhão de hectares de florestas públicas federais passíveis de concessão em 2010, distribuídos em quatro Florestas Nacionais, conforme especificado no Quadro 20 e ilustrado na Figura 12.

Quadro 20: Florestas públicas federais passíveis de concessão na macro-região da Amazônia Leste

Tipo de FPF	Floresta	Estado	Município	Área (ha)
	Itacaíunas	PA	Marabá, São Félix do Xingu	141.400
FLONAS	Carajás	PA	Parauapebas, Canaã dos Carajás e Água Azul do Norte	393.331
	Caxiuanã	PA	Portel e Melgaço	322.368
	Tapirapé-Aquiri	PA	Marabá e São Felix do Xingu	191.933
<b>Total Geral</b>				<b>1.049.032</b>

*Fonte: CNFP / Serviço Florestal Brasileiro*





**Figura 12:** Florestas públicas federais da macro-região da Amazônia Leste passíveis de concessão em 2010.

*Fonte:* CNEP / Serviço Florestal Brasileiro

### 3.4.4.1 Descrição das florestas públicas passíveis de concessão na macro-região da Amazônia Leste

#### A – Floresta Nacional de Carajás

A cobertura vegetal da Flona de Carajás é formada por floresta ombrófila densa (71,5 %) e floresta ombrófila aberta (28,5 %). A Flona possui Conselho Consultivo e plano de manejo aprovado. Incidem sobre Carajás títulos minerários em fase de autorização de pesquisa, concessão de lavra, licenciamento e requerimento de lavra. Essa unidade de conservação detém uma das maiores reservas de recursos minerais (ferro e manganês) do mundo.

#### B – Floresta Nacional de Tapirapé-Aquiri

A floresta é composta predominantemente de floresta ombrófila densa (86,04%) e de floresta ombrófila aberta (13,96%). A Flona possui Conselho Consultivo e plano de manejo. O extrativismo da Castanha-do-Pará por comunidades indígenas é frequente na área e entorno da Flona. Há registro de sobreposição de 82 mil hectares (43% da área total) da Flona Tapirapé-Aquiri com a Floresta Nacional de Itacaiunas.

## C – Floresta Nacional de Caxiuanã

A vegetação da Flona de Caxiuanã é composta integralmente por floresta ombrófila densa. A Flona possui Conselho Consultivo, mas ainda não tem plano de manejo aprovado. Desde 1993, o Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG mantém uma estação em uma área de 33 mil hectares, que desenvolve pesquisa científica sobre a fauna, a flora, o ambiente físico e o homem da região.

### 3.4.4.2 3.4.4.2. Características demográficas dos municípios com florestas passíveis de concessão florestal na macro-região da Amazônia Leste

Os municípios nos quais se localizam as florestas passíveis de concessão em 2010 ocupam uma área de aproximadamente 22.220 milhões de hectares e abrigam uma população de 742.702 mil habitantes (Quadro ).

**Quadro 21:** Dados demográficos básicos dos municípios da macro-região da Amazônia Leste que abrigam as florestas públicas federais passíveis de concessão em 2010.

Estado	Município	População	Área (1000 ha)	Densidade Demográfica (habitantes/ha)
PA	Água Azul do Norte	28.658	757,7	0, 038
PA	Anapu	17787	1189,5	0, 015
PA	Canaã dos Carajás	23.757	314,7	0, 075
PA	Marabá	196.468	1.509,2	0, 130
PA	Melgaço	17.845	677,4	0, 026
PA	Novo Repartimento	51.645	1.539,9	0, 033
PA	Pacajá	38.365	1183,2	0, 032
PA	Parauapebas	133.298	700,8	0, 190
PA	Portel	45.586	2.538,5	0, 018
PA	Porto de Moz	26.489	1.742,3	0, 015
PA	São Félix do Xingu	59.238	8.421,2	0, 007
PA	Senador José Porfírio	14.302	1.437,4	0, 104
PA	Tucuruí	89.264	208,6	0, 428
Total		742.702	22.220,4	Média 0, 078

Fonte: IBGE, *Cidades@*, 2007

### 3.4.4.3. Áreas de uso comunitário no entorno das florestas passíveis de concessão

A Figura permite avaliar a dispersão das comunidades identificadas pelo IBGE e a localização e distribuição de outras comunidades e áreas destinadas para uso comunitário no entorno das florestas públicas passíveis de concessão em 2010 na macro-região da Amazônia Leste, dentre as quais se destacam:

- As Terras Indígenas:** Arara, Cararaô, Cachoeira-seca, Koatinemo, Trincheira-bacajá, Araweté-igarapé-ipixuna, Parakanã, Anambé e Tracarã;
- A Floresta Estadual** Amazônia;
- As Reservas de Desenvolvimento Sustentável Estaduais:** Alcobaça e Pucuri-ararã;
- A Área de Proteção Ambiental** do Arquipélago do Marajó;

- e) **As Reservas Extrativistas:** Verde para Sempre, Gurupá-Melgaço, Mapuá, Terra-Grande-Pracuúba, Arioca-Pruanã e Ipaú-Anilzinho; e
- f) **75 Projetos de Assentamentos.**

#### **3.4.4.3 Pólos de produção florestal da macro-região da Amazônia Leste**

Essa é a principal região de produção florestal da Amazônia Oriental com 5,7 milhões de m<sup>3</sup> de demanda aparente e uma renda bruta de mais de meio bilhão de reais somente no setor de madeira (Quadr). Essa região também se encontra sob demanda direta de 14 milhões de m<sup>3</sup> de lenha para produção de carvão vegetal que abastece as siderúrgicas localizadas no eixo Marabá-Açailândia.

Por outro lado, a região apresenta déficit elevado de área florestal para sustentar a demanda regional. As estimativas indicam que os remanescentes florestais são suficientes para atender no máximo 15% da demanda, que atinge quase 20 milhões de m<sup>3</sup>. A atividade de reflorestamento assume papel prioritário nessa região.

Na região da Flona de Caxiuanã e do Rio Pacajá ainda existe uma importante área de florestas com potencial de manejo que pode dar sustentabilidade à produção florestal nos pólos associados.

**Quadro 22:** Pólos de produção florestal da macro-região do Leste Amazônico

Pólo	Localidade	Número de empresas	Produção anual de toras (m³)	Empregos gerados (total)	Renda Bruta 2004 em US\$
Porto de Moz	Porto de Moz	13	110.000	1.807	13.015.747
Senador José Porfírio	Senador José Porfírio	11	128.200	1.895	10.848.025
	Vitória do Xingu	1	1.799	49	140.628
Altamira	Altamira	24	156.331	2.507	18.796.434
	Brasil Novo	11	15.984	303	1.134.945
	Medicilândia	11	27.684	562	2.771.629
Pacajá	Anapu	13	53.681	2.320	6.237.563
	Pacajá	9	76.319	1.798	8.963.056
N. Repartimento	N. Repartimento	7	57.088	871	6.540.656
	Vila Maracajá	24	202.912	2.785	16.206.884
Tucuruí	Tucuruí	30	320.000	3.989	28.925.526
Breu Branco	Breu Branco	28	250.000	4.561	34.366.685
Goianésia do Pará	Goianésia do Pará	27	380.000	4.090	27.760.779
Jacundá	Jacundá	45	520.000	7.037	46.878.070
Açailândia	Açailândia	18	115.747	1.684	6.607.443
	Buriticupu	17	109.317	1.593	6.240.362
	Imperatriz	1	14.455	284	1.764.715
Dom Eliseu	Itinga do Maranhão	9	190.480	3.256	17.056.187
	Dom Eliseu	11	200.941	3.001	22.232.823
	Itinga do Pará	4	58.760	899	6.725.024
	Ligação do Pará	14	180.299	2.256	16.445.189
Ulianópolis	Ulianópolis	20	250.000	3.943	23.936.672
Rondon do Pará	Abel Figueiredo	4	73.498	1.290	7.038.138
	Rondon do Pará	26	476.502	7.343	45.000.019
Paragominas	Aurora do Pará	2	10.022	141	782.770
	Ipixuna	2	10.022	141	782.770
	Mãe do Rio	5	30.811	391	2.406.406
	Paragominas	63	1.079.144	14.844	98.533.730
Itupiranga	Itupiranga	5	100.000	2.678	13.024.538
Marabá	Marabá	16	198.526	3.910	22.561.777
	Nova Ipixuna	5	41.474	584	3.976.273
Santana do Araguaia	Cumarú do Norte	3	20.368	281	1.915.427
	Pau D'Arco	1	4.705	79	442.464
	Redenção	6	25.747	425	2.474.165
	Rio Maria	3	1.069	27	100.567
	Santana do Araguaia	8	58.110	792	5.464.678
São Felix do Xingu	Água Azul	1	6.397	98	423.527
	Eldorado dos Carajás	5	33.092	789	2.190.906
	Parauapebas	12	76.266	1.577	5.049.286
	São Felix do Xingu	12	70.022	1.418	4.637.679
	Tucumã	2	12.794	199	847.055
	Xinguara	2	11.429	189	624.271
<b>Total</b>		<b>531</b>	<b>5.759.995</b>	<b>88.686</b>	<b>541.871.488</b>

*Fonte: Lentini et al., 2005*

A movimentação de produtos e subprodutos florestais em três municípios da macro-região da Amazônia Leste, registradas pelo Documento de Origem Florestal – DOF do IBAMA, no período de janeiro a maio de 2008, identificou como principais mercados para madeira processada os estados do Pará (29%), São Paulo (23%), Minas Gerais (23%), Distrito Federal

(5%), Goiás (5%), Rio de Janeiro (3%) e Bahia (3%). De acordo com o IBAMA, as categorias com maior representação dentro da macro-região da Amazônia Leste são as empresas de micro (45%) e pequeno porte (53%).

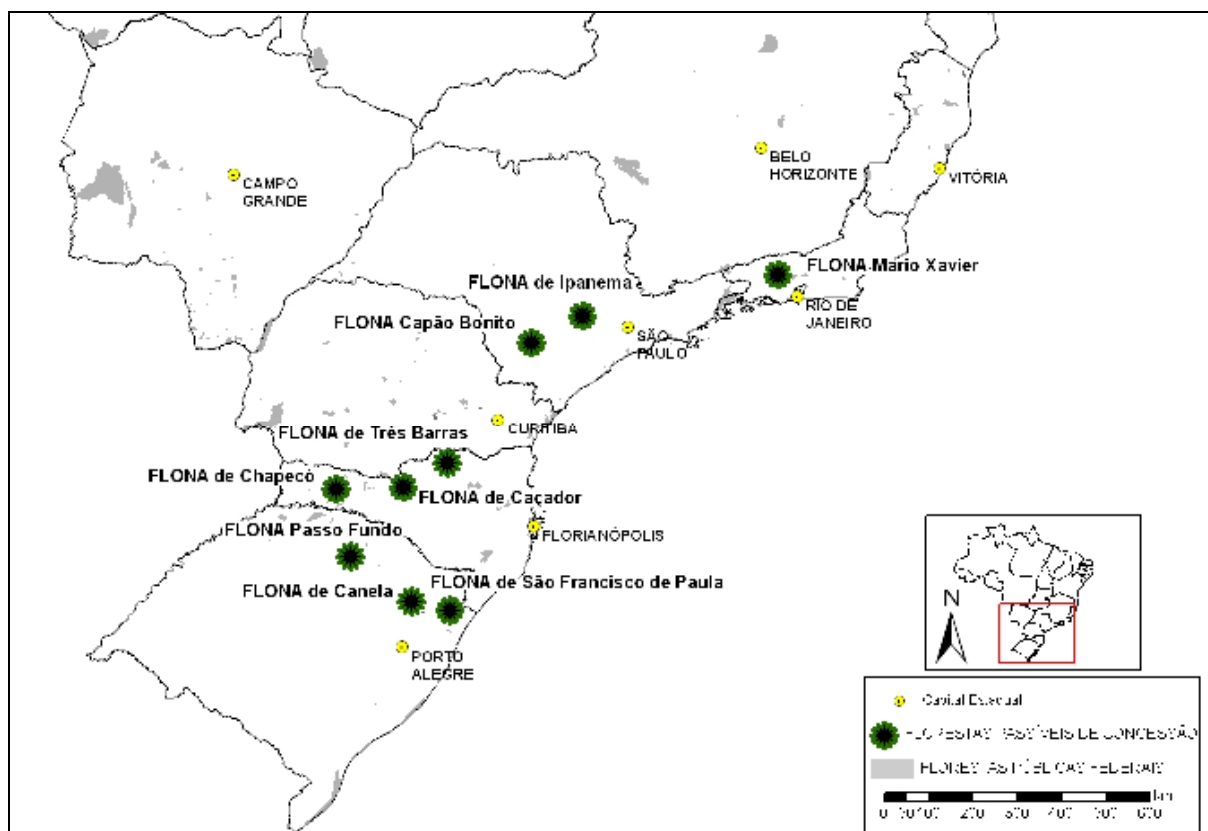
### 3.4.5 Macro-região Sul e Sudeste

Na macro-região Sul e Sudeste há 20,8 mil hectares de florestas públicas federais passíveis de concessão em 2010, distribuídos em nove Florestas Nacionais, conforme especificado no Quadro 23 e ilustrado na Figura 13. A predominância do bioma Mata Atlântica e a reduzida extensão das áreas de florestas na região indicam que essa não é uma região propícia para atividades de manejo florestal voltadas a produtos madeireiros. Nessa região, as concessões florestais devem se concentrar em produtos florestais não-madeireiros e na exploração de serviços, especialmente o turismo, com exceção para as Florestas Nacionais com presença significativa de reflorestamentos.

**Quadro 23:** Florestas públicas federais passíveis de concessão na macro-região Sul e Sudeste.

Tipo de FPF	Floresta	Estado	Município	Área (ha)
FLONA	Assungui	PR	Campo Largo	548
	Canela	RS	Canela	541
	Passo Fundo	RS	Mato Castelhano	1.289
	S.Francisco de Paula	RS	São Francisco de Paula	1.609
	Caçador	SC	Caçador	708
	Chapecó	SC	Guatambú e Chapecó	1.603
	Três Barras	SC	Três Barras	4.451
	Capão Bonito	SP	Buri; Capão Bonito	4.728
	Ipanema	SP	Araçoiaba da Serra Capela do Alto Iperó	5.355
<b>Total Geral</b>				<b>20.832</b>

*Fonte:* CENP / Serviço Florestal Brasileiro



**Figura 13:** Florestas públicas federais da macro-região Sul e Sudeste passíveis de concessão em 2010.

*Fonte:* CNEP / Serviço Florestal Brasileiro

### 3.4.5.1 Descrição das florestas públicas passíveis de concessão na macro-região Sul e Sudeste

#### A – Floresta Nacional de Canela

Essa Flona é composta por floresta ombrófila mista (florestas de *Araucária angustifolia*). A Flona possui Conselho Consultivo e plano de manejo em revisão.

#### B – Floresta Nacional de Passo Fundo

A Flona de Passo Fundo possui 365 hectares de fragmentos de floresta ombrófila mista. Há, também, reflorestamentos com Araucária (390 ha), pinus (278 ha) e eucalipto (7 ha). A Flona possui Conselho Consultivo e plano de manejo.

#### C – Floresta de São Francisco de Paula

A Flona é composta por 900 hectares de mata nativa dividida em campos de cima da serra e matas com araucárias, além de reflorestamentos com *Araucária angustifolia* (347 ha), pinus (222 ha) e eucalipto (34 ha). A Flona possui Conselho Consultivo e seu plano de manejo encontra-se em revisão.

#### **D – Floresta Nacional de Caçador**

Essa Flona é composta em sua maior parte de reflorestamentos. A Flona de caçador não possui Conselho Consultivo nem plano de manejo.

#### **E – Floresta Nacional de Chapecó**

A Flona de Chapecó é formada por duas áreas separadas entre si por 32 km. Uma dessas áreas possui 1,3 mil ha e a outra 315 ha. O total das áreas de florestas é composto por vegetação nativa, representativa do bioma Mata Atlântica (cerca de mil hectares), e por 400 hectares de reflorestamento. Essa Flona possui Conselho Consultivo e plano de manejo.

#### **F – Floresta Nacional de Três Barras**

Essa Flona possui uma área de vegetação nativa totalmente preservada, representada por floresta de *Araucária angustifolia* (767 ha), matas ciliares (634 ha) e banhados (820 ha). Além disso, há 2,0 mil hectares de reflorestamento de Araucária e pinus. A Flona possui Conselho Consultivo, mas não tem um plano de manejo.

#### **G – Floresta Nacional de Assungui**

Essa Flona possui uma área de vegetação nativa e uma área reflorestada com *Araucária angustifolia*. A Flona possui Conselho Consultivo, mas não tem um plano de manejo.

#### **H – Floresta Nacional de Capão Bonito**

A Flona apresenta expressiva área reflorestada com 2,4 mil hectares de pinus, 1,0 mil ha de Araucária e 50 ha de outras essências. A vegetação nativa (mata ciliar) totaliza 270 ha. A Flona possui Conselho Consultivo e não tem um plano de manejo.

#### **I – Floresta Nacional de Ipanema**

Essa Flona é composta de 2,8 mil hectares de floresta estacional semidecidual (mata atlântica) em estágios variados de regeneração, 500 ha de capoeira, e 220 ha de reflorestamento. A Flona de Ipanema possui Conselho Consultivo, e seu plano de manejo encontra-se em revisão. Há, na área da Flona, 1,2 mil hectares de assentamentos de trabalhadores rurais.

### **3.4.5.2 Características demográficas dos municípios com florestas passíveis de concessão florestal na macro-região Sul e Sudeste**

Os municípios nos quais se localizam as florestas passíveis de concessão em 2010 ocupam uma área de aproximadamente 20,8 mil hectares e abrigam uma população de 444.030 mil habitantes (Quadro 24).

Quadro 24: Dados demográficos básicos dos municípios da macro-região Sul e Sudeste que abrigam florestas públicas federais passíveis de concessão em 2010.

UF	Município	População	Área (1000 ha)	Densidade Demográfica (habitantes/ha)
RS	Canela	38.318	25,5	1, 503
RS	Mato Castelhano	2.608	23,8	0, 110
RS	São Francisco Paula	21.278	327,4	0, 065
SC	Caçador	67.556	98,2	0, 688
SC	Chapécó	164.803	62,4	2, 641
SC	Guatambu	4.505	20,5	0, 220
SC	Três Barras	17.937	43,8	0, 410
SP	Buri	17.539	119,5	0, 147
SP	Capão Bonito	45.275	164,1	0, 276
SP	Araçoiaba da Serra	24.022	25,6	0, 938
SP	Capela do Alto	15.950	17,0	0, 938
SP	Iperó	24.239	17,1	1, 417
Total		444.030	944,9	Média 0, 719

Fonte: IBGE, Cidades@, 2007

### 3.4.5.3 Áreas de uso comunitário no entorno das florestas passíveis de concessão

#### I - Entorno das Flonas de Capão Bonito e Ipanema:

- a) **As Terras Indígenas:** Peruíbe, Piaçaguera e Serra do Itatins;
- b) **A Área de Proteção Ambiental** Escarpa Devoniana; e
- c) **A Floresta Estadual** de Angatuba.

#### II - Entorno da Flona de Assungui

- a) **As Áreas de Proteção Ambiental:** dos Frades, da Região Serrana de Petrópolis, Serra do Gericinó, Bacia do Rio São João/Mico Leão Dourado e Guapimirim;
- b) **13 Projetos de Assentamentos.**

#### III - Entorno das Flonas de Caçador, Chapécó e Três Barras

- a) **As Terras Indígenas:** Palmas, Toldo Imbú, Rio Areira, Rio dos Pardos e Ibirama;
- b) **A Área de Relevante Interesse Ecológico** Serra da Abelha;
- c) **48 Projetos de Assentamentos.**

#### IV - Entorno das Flonas de Passo Fundo e São Francisco de Paula

- a) **As Terras Indígenas:** Monte Caseros, Carreteiros, Guarani Barra do Ouro e Varzinha.



#### **3.4.5.4 Pólos de produção florestal na macro-região Sul e Sudeste**

A macro-região Sul e Sudeste concentra os pólos de industrialização florestal com maior grau de agregação tecnológico e de valor. Essa região abriga cerca de 85% das indústrias de celulose e 88% das indústrias de papel do Brasil. As indústrias do complexo de celulose e papel utilizam quase que exclusivamente madeiras de reflorestamento de eucalipto e de pinus. Esses pólos, portanto, não apresentam demanda para concessões florestais voltadas à produção madeireira de espécies nativas..

As indústrias de painéis de madeira reconstituída, representadas por nove empresas, estão todas localizadas nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Minas Gerais. Para manejo de florestas nativas, esse segmento industrial demanda, na sua totalidade, madeira proveniente de reflorestamentos de pinus e eucalipto. A Região Sul também abriga a maioria das indústrias de compensado que utiliza madeira de reflorestamento - principalmente pinus.

No caso do mobiliário, a macro-região Sul e Sudeste concentra basicamente 75% das indústrias, distribuídas nos pólos regionais de Arapongas - PR, Bento Gonçalves-RS, Linhares-ES, Mirassol/Votuporanga-SP, São Paulo-SP, São Bento do Sul-SC, e Ubá-MG. Esses pólos utilizam primordialmente matéria-prima proveniente de florestas plantadas, principalmente na forma de painéis de madeiras ou madeira sólida de pinus.

### **3.5 Florestas públicas federais em processos de concessão**

Com o advento da Lei nº 11.284/2006, o Poder Público passou a contar com uma nova modalidade de gestão de florestas públicas para fins de produção sustentável. Desde então, o Serviço Florestal Brasileiro, órgão gestor de florestas federais sob concessão, iniciou todos os procedimentos objetivando dar efetividade aos objetivos da citada lei, de forma a atender os fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum.

Em 2007, o Edital nº 01/2007 deu início ao processo de concessão florestal para a produção sustentável de produtos madeireiros, não-madeireiros e para serviços na Floresta Nacional do Jamari, no Estado de Rondônia. Esse processo foi concluído em 2008, com a assinatura de três contratos de concessão, relativos a três unidades de manejo, com áreas de 17.178 hectares, 32.988 ha e 48.184 ha, respectivamente.

A concessão do segundo lote de florestas está em curso e prevê a licitação de quatro unidades de manejo florestal, com áreas de 19.688 hectares, 25.486 ha, 33.406 ha e 136.774 ha, respectivamente, na Floresta Nacional de Saracá-Taquera, no Estado do Pará.

O Quadro 25 sintetiza as informações sobre as florestas públicas federais em processo de concessão.

Quadro 25: Concessão florestal federal para produção sustentável de bens e serviços em curso.

Floresta Pública	Estado	Município	Área Total	Unidades de Manejo	Área sob concessão florestal
Flona de Saracá-Taquera	PA	Faro, Oriximiná e Terra Santa	441.148 ha	4	215.354 ha
<b>Total</b>			<b>441.148 ha</b>	<b>4</b>	<b>215.354 ha</b>

Fonte: CNFP / Serviço Florestal Brasileiro

### 3.6 Potencial de produção esperada

Somada a área em processo de concessão nas Florestas Nacionais de Jamari e de Saracá-Taquera, estima-se que a área total com unidades de manejo delimitadas em florestas públicas federais atinja, em 2010, o total de 2 (dois) milhões de hectares.

Considerando-se a tipologia florestal, as condições logísticas, os ciclos de manejo, o foco preliminar em produção de madeira com aproveitamento de resíduos e as limitações geográficas, estima-se uma produção anual de aproximadamente 2,5 milhões de m<sup>3</sup> de madeira em tora e 3,5 milhões de m<sup>3</sup> de resíduos madeireiros da exploração e do processamento industrial. A renda bruta mínima estimada como resultante desse processo de produção é de 480 milhões de reais por ano e a geração de mais 40 mil postos de trabalho.

### 3.7 Mecanismos de acessibilidade

A acessibilidade ao processo de concessão por pessoas jurídicas de micro, pequeno e médio portes foi prevista no artigo 33 da Lei nº 11.284/2006 como forma de promover a equidade na política de gestão de florestas públicas no Brasil. O estabelecimento de parâmetros para a definição de tamanhos das unidades de manejo deve considerar as peculiaridades regionais, incluindo a área necessária para completar um ciclo de produção da floresta, assim como a estrutura, porte e capacidade dos agentes envolvidos na cadeia produtiva dos produtos e serviços objetos da concessão (artigo 24 do Decreto nº 6.063/2007).

Parecela significativa das concessões a serem realizadas em 2010 ainda deverá ser voltada para o manejo de produtos madeireiros no bioma Amazônico. Para essa região, o Serviço Florestal Brasileiro complementou as informações disponíveis sobre o porte das indústrias que processam a madeira produzida na Amazônia (Lentini *et al.*, 2003; Lentini *et al.*, 2005) com dados extraídos do DOF fornecidos pelo IBAMA e manteve como referência o consumo médio anual em toras para três categorias de empresas: pequenas, médias e grandes. A partir de um consumo anual de toras para cada categoria, estimou-se a área necessária para a produção de madeira por meio de manejo florestal sustentável. O cálculo do tamanho das unidades de produção anual - UPA e da área total das unidades de manejo florestal - UMF a serem concedidas considerou os seguintes parâmetros:

- i. Consumo médio anual em toras ( $m^3$ );
- ii. Intensidade de exploração ( $m^3ha^{-1}$ ) e ciclo de corte permitido pela legislação florestal (Instrução Normativa do Ministério do Meio Ambiente nº 05, de 2006);
- iii. Área da unidade de produção anual - UPA, suficiente para a produção da demanda anual em toras, incluindo previsão de áreas para a rede viária e áreas de preservação permanente;
- iv. Área de Reserva Absoluta de 5%, como previsto pelo artigo 32 da Lei nº 11.284/2006.

Para a definição final do tamanho das unidades de manejo a serem concedidas, considerou-se, também, a consulta a algumas entidades do setor florestal brasileiro.

Especialmente na macro-região Sul e Sudeste as concessões se voltam prioritariamente para os plantios florestais, produtos florestais não-madeireiros e serviços. Nesses casos foi definida uma escala diferente para permitir o acesso a pequenos, médios e grandes empreendimentos, compatível com as áreas totais das florestas públicas federais passíveis de concessão florestal em 2010.

O Quadro 26 apresenta as classes de tamanho das unidades de manejo florestal a serem consideradas, para fins de concessão, quando da elaboração dos editais de licitação em 2010.

**Quadro 26:** Classes de tamanho das unidades de manejo para fins de concessão florestal em 2010.

Categoria de unidades de manejo	Concessões para produtos madeireiros na Amazônia	Demais concessões
Pequenas	Até 20.000 ha	Até 500 ha
Médias	20.000 a 40.000 ha	500 a 5.000 ha
Grandes	Acima de 40.000 ha	Acima de 5.000 ha

A oportunidade de acesso às concessões implica na inclusão obrigatória de pelo menos duas das categorias de unidades de manejo, constantes do Quadro 26, em cada lote de concessão presente nos editais em 2010, sendo uma dessas deve ser necessariamente pequena.

Com objetivo de promover a consolidação de empreendimentos com escalas que permitam a eventual instalação de parques tecnológicos com elevados aportes de capital, este PAOF estabelece que, a cada dois lotes de concessão florestal licitado em 2010, pelo menos um deve conter unidades de manejo de tamanho grande.

Além disso, ressalta-se o disposto no artigo 77 da Lei nº 11.284/2006, que veda a qualquer concessionário, individualmente ou em consórcio, deter mais do que 10% do total da área das florestas públicas disponíveis para concessão em cada esfera de governo, até o março de 2016.

#### **4 ATIVIDADES E RECURSOS PREVISTOS PARA 2010**

Este capítulo apresenta uma visão geral das atividades e recursos previstos para a gestão de florestas públicas, para o período de vigência do PAOF 2010, em conformidade com o planejamento estratégico do Serviço Florestal Brasileiro. Ressalte-se que as atividades aqui descritas não incorporam as atividades relativas aos órgãos estaduais e considera que ações de competência e responsabilidades de órgãos federais que integram o SISNAMA serão realizadas de forma concorrente e complementar. Para a gestão das florestas públicas federais a Comissão de Gestão de Florestas Públicas - CGFLOP desempenha papel fundamental como órgão consultivo orientador das atividades que serão desenvolvidas para atingir os objetivos deste Plano.

O Quadro 27 apresenta as ações estratégicas do Serviço Florestal Brasileiro prevista para serem executadas em 2010 e a estimativa de recursos financeiros necessários para a implantação dessas ações.

**Quadro 27:** Ações e recursos financeiros previstos para 2010.

Atividades	Orçamento previsto (R\$ 1000)
<b>1. Cadastro Nacional de Florestas Públicas</b> ✓ Incluir todas as Florestas Públicas Federais Destinadas CNFP; ✓ Apoiar a delimitação de 3 milhões de hectares de FPF (exceto TI e UC de proteção integral); ✓ Demarcar 2 milhões de hectares de UMF sob concessão; ✓ Integrar todos os estados ao CNFP; ✓ Inserir todas as Florestas Públicas Estaduais Destinadas da Amazônia no CNFP; ✓ Implantar o Sistema de Cadastro implantado e integrá-lo com os principais órgãos gestores de FPF (INCRA, ICMBio, FUNAI e SPU).	12.000
<b>2. Manejo Florestal Comunitário</b> ✓ Implantar 2 milhões de hectares com PMFS (comunitário e familiar); ✓ Implantar PMFS em projetos de assentamento rural, Resex e RDS; ✓ Implantar experiências demonstrativas de integração de comunidades locais em pelo menos duas cadeias de produção e comercialização de produtos florestais; ✓ Apoiar casos de relações comerciais justas entre comunidades e empresas.	4.800
<b>3. Concessões Florestais</b> ✓ Realizar concessões florestais em 2 milhões de hectares de florestas públicas federais; ✓ Implantar concessões florestais: (i) em florestas naturais e plantações florestais; (ii) para PFNM e Serviços; (iii) em pequena, média e grande escala; (iv) em diferentes biomas; (v) para recuperação de áreas degradadas; ✓ Apoiar a implantação de concessões florestais estaduais em 3 estados.	8.200
<b>4. Monitoramento de Florestas Públicas</b> ✓ Monitorar as concessões florestais por meio da detecção remota da exploração florestal, do rastreamento do transporte de produtos florestais e do controle de cadeia de custódia; ✓ Regulamentar e implantar auditorias independentes; ✓ Executar o monitoramento de florestas públicas federais sob concessão e manejo florestal comunitário de forma integrada com órgãos de controle e fiscalização; ✓ Monitorar e avaliar os impactos sociais, ambientais e econômicos das concessões e do manejo florestal comunitário.	6.000
<b>5. Sistema Nacional de Informações Florestais</b> ✓ Implantar o inventário florestal nacional em dois biomas brasileiros; ✓ Consolidar o Portal da Gestão Florestal em cooperação com órgãos do Sisnama; ✓ Disponibilizar estatísticas de 4 cadeias produtivas do setor de base florestal <i>on line</i> ; ✓ Desenvolver Índice de Preços de Produtos Florestais Madeireiros para a Amazônia.	7.700
<b>6. Fomento Florestal</b> ✓ Tornar o FNDF operacional e com carteira de projetos implantada; ✓ Captar R\$ 60 milhões para investimento no desenvolvimento florestal; ✓ Estabelecer programa de fomento para: (i) capacitação e treinamento; (ii) pesquisa e desenvolvimento tecnológico; (iii) bolsas de estudo; (iv) desenvolvimento de cadeias produtivas; ✓ Estabelecer sistema de divulgação de instrumentos de fomento para o setor florestal; ✓ Capacitar público alvo para apresentação de projetos.	5.000
<b>7. Estruturação do Serviço Florestal Brasileiro</b> ✓ Implantar modelo institucional de órgão da administração indireta; ✓ Implantar cinco Unidades Regionais; ✓ Implantar modelo de gestão pública reconhecido por avaliação independente; ✓ Implantar estrutura organizacional e processos de gestão, com provimento adequado de pessoas; ✓ Manter de 60% a 80% do esforço da instituição em atividades planejadas.	5.500
<b>Total</b>	<b>49.200</b>

## 5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LENTINI, M. et al. Fatos Florestais da Amazônia 2005, Belém: Imazon., 2005, 141 p.

LENTINI, M.; VERISSIMO, A.; SOBRAL, L. Fatos Florestais da Amazônia 2003, Belém: Imazon., 2003, 110 p.

VERISSIMO, A. et al. Zoneamento de Áreas para Manejo Florestal no Pará. O Estado da Amazônia, nº 8. Belém: Imazon., 2006, 4p.

CNFP/SFB, Cadastro Nacional de Florestas Públicas. Serviço Florestal Brasileiro. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=95&idMenu=5482>. Acesso em: 01/06/2009.

LEI nº 9.985, DE JULHO DE 2000. SNUC - SISTEMA NACIONAL DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA.

LEI nº 11.284, DE 2 DE MARÇO DE 2006. GESTÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS

ALMEIDA, J.; FLEURY, L. C. Populações tradicionais e conservação ambiental: uma contribuição da teoria social. Revista Brasileira de Agroecologia. Porto Alegre, 2007.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

## 6 ANEXOS

A - Lista de FPF passíveis de concessão (Tipo A)

UF	NOME	Código da floresta pública no CNFP**	Área (ha)
AC	FLONA de São Francisco	FPA-6922484W-953002S	21.205
	FLONA do Macauã	FPA-6939230W-956083S	176.148
AM	FLONA de Humaitá	FPA-6230017W-84912S	461.339
AP	FLONA do Amapá	FPA-5139270W-122899N	459.220
PA	APA do Tapajós	FPA-5637171W-627285S	1.641.139
	FLONA de Altamira	FPA-555698W-556409S	761.232
	FLONA de Carajás	FPA-5019394W-610429S	393.331
	FLONA de Caxiuanã	FPA-5140336W-157235S	322.368
	FLONA de Itaituba I	FPA-5632926W-525183S	220.223
	FLONA de Itaituba II	FPA-5629361W-53517S	421.027
	FLONA de Saracá-Taquera*	FPA-5637802W-139199S	441.152
	FLONA do Amana	FPA-5731430W-519742S	542.620
	FLONA do Crepori	FPA-575941W-629044S	742.197
	FLONA de Itacaiunas	FPA-519601W-60393S	81.504
	FLONA do Jamaxim	FPA-5547095W-726243S	1.301.390
	FLONA do Tapirapé-Aquiri	FPA-5046613W-547679S	191.933
	FLONA do Trairão	FPA-5534967W-451436S	250.406
RO	FLONA de Jacundá	FPA-632897W-827482S	220.784
RS	FLONA de Canela	FPA-5048497W-2919001S	541
	FLONA de São Francisco de Paula	FPA-5023561W-2925699S	1.609
	FLONA Passo Fundo	FPA-5211200W-2818838S	1.289
SC	FLONA de Caçador	FPA-5112102W-2645297S	708
	FLONA de Chapecó	FPA-5245010W-276866S	1.603
	FLONA de Três Barras	FPA-5014992W-2612320S	4.451
	FLONA de Assungui	FPA-4938734W-2510808S	548
SP	FLONA Capão Bonito	FPA-4830972W-2354720S	4.728
	FLONA de Ipanema	FPA-4737327W-2325811S	5.355
<b>Total</b>			<b>8.670.050</b>

**Fonte:** CNFP / Serviço Florestal Brasileiro

\* Floresta em processo de licitação para concessão florestal em 2009

\*\* Uma Floresta Pública no CNFP corresponde a um polígono contínuo identificado por um código único composto da seguinte forma: FPA-5534967W-451436S. Onde: os três primeiros dígitos correspondem ao tipo de Floresta Pública (A ou B), os demais dígitos correspondem às coordenadas geográficas (grau e grau decimal) correspondentes ao centróide do polígono.

## B - Glossário

**Área de Proteção Ambiental - APA:** é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (Art. 15 da lei 9.985).

**Área de Relevante Interesse Ecológico - ARIE:** é uma área em geral de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional, e tem como objetivo manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza (Art. 16 da lei 9.985).

**Auditoria Florestal:** ato de avaliação independente e qualificada de atividades florestais e obrigações econômicas, sociais e ambientais assumidas de acordo com o PMFS e o contrato de concessão florestal, executada por entidade reconhecida pelo órgão gestor, mediante procedimento administrativo específico (Art. 3 da lei 11.284).

**Ciclo:** período decorrido entre 2 (dois) momentos de colheita de produtos florestais numa mesma área; (Art. 3 da lei 11.284).

**Comunidades Locais:** populações tradicionais e outros grupos humanos, organizados por gerações sucessivas, com estilo de vida relevante à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica; (Art. 3 da lei 11.284).

**Concessão Florestal:** delegação onerosa, feita pelo poder concedente, do direito de praticar manejo florestal sustentável para exploração de produtos e serviços numa unidade de manejo, mediante licitação, à pessoa jurídica, em consórcio ou não, que atenda às exigências do respectivo edital de licitação e demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado (Art. 3 da lei 11.284).

**Conservação da Natureza:** o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral (Art. 2 da lei 9.985).

**Conservação *in situ*:** conservação de ecossistemas e habitats naturais e a manutenção e recuperação de populações viáveis de espécies em seus meios naturais e, no caso de espécies domesticadas ou cultivadas, nos meios onde tenham desenvolvido suas propriedades características (Art. 2 da lei 9.985).

**Corredores ecológicos:** porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de



populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais (Art. 2 da lei 9.985).

**Distritos Florestais Sustentáveis - DFS:** compreende um território administrativo diferenciado para manejo e produção florestal madeireira e não-madeireira.

**Diversidade Biológica:** a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas (Art. 2 da lei 9.985).

**Estação Ecológica:** tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas. A Estação Ecológica é de posse e domínio públicos. É proibida a visitação pública, exceto quando com objetivo educacional, de acordo com o que dispuser o Plano de Manejo da unidade ou regulamento específico (Art. 9 da lei 9.985).

**Extrativismo:** sistema de exploração baseado na coleta e extração, de modo sustentável, de recursos naturais renováveis (Art. 2 da lei 9.985).

**Floresta Nacional:** área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas (Art. 17 da lei 9.985).

**Floresta pública legalmente apta para concessão:** floresta cadastrada no Cadastro Nacional de Florestas Públicas que não se enquadre nas categorias de unidade de proteção integral; terra indígena; área militar, assentamento; reserva extrativista; reserva de desenvolvimento sustentável (PAOF, 2008).

**Florestas Públicas Destinadas - Tipo A:** florestas sob domínio público e que se encontram localizadas em áreas que tenham sido destinadas à proteção e conservação do meio ambiente na forma de Unidades de Conservação de Proteção Integral ou de Uso Sustentável. Também são incluídas nesta classe as florestas destinadas para uso de comunidades tradicionais na forma de terras indígenas, Resex, assentamentos e outras formas de destinação previstas em lei (PAOF, 2009).

**Florestas Públicas não-destinadas - Tipo B:** florestas sob domínio público que ainda não foram objeto de destinação específica dentro das diversas formas previstas para conservação do meio ambiente ou para uso pela sociedade (PAOF, 2009).

**Florestas Públicas:** florestas, naturais ou plantadas, localizadas nos diversos biomas brasileiros, em bens sob o domínio da União, dos Estados, dos Municípios, do Distrito Federal ou das entidades da administração indireta (Art. 3 da lei 11.284).

**Inventário Amostral:** levantamento de informações qualitativas e quantitativas sobre determinada floresta, utilizando-se processo de amostragem; (Art. 3 da lei 11.284).

**Lote de Concessão Florestal:** conjunto de unidades de manejo florestal a serem licitadas; (Art. 3 da lei 11.284).

**Manejo Florestal Sustentável:** administração da floresta para a obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais, respeitando-se os mecanismos de sustentação do ecossistema objeto do manejo e considerando-se, cumulativa ou alternativamente, a utilização de múltiplas espécies madeireiras, de múltiplos produtos e subprodutos não madeireiros, bem como a utilização de outros bens e serviços de natureza florestal; (Art. 3 da lei 11.284).

**Manejo:** todo e qualquer procedimento que vise assegurar a conservação da diversidade biológica e dos ecossistemas (Art. 2 da lei 9.985).

**Monumento Natural:** tem como objetivo básico preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica. O Monumento Natural pode ser constituído por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários (Art. 12 da lei 9.985).

**Órgão Consultivo:** órgão com representação do Poder Público e da sociedade civil, com a finalidade de assessorar, avaliar e propor diretrizes para a gestão de florestas públicas; (Art. 3 da lei 11.284).

**Órgão Gestor da Concessão:** órgão ou entidade do poder concedente com a competência de disciplinar e conduzir o processo de outorga da concessão florestal; (Art. 3 da lei 11.284).

**Parque Nacional:** tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. O Parque Nacional é de posse e domínio públicos (Art. 11 da lei 9.985).

**Plano de Manejo:** documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade (Art. 2 da lei 9.985).

**Poder Concedente:** União, Estado, Distrito Federal ou Município. (Art. 3 da lei 11.284).

**Produtos Florestais:** produtos madeireiros e não madeireiros gerados pelo manejo florestal sustentável; (Art. 3 da lei 11.284).

**Recuperação:** restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada a uma condição não degradada, que pode ser diferente de sua condição original (Art. 2 da lei 9.985).

**Recurso Ambiental:** a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora (Art. 2 da lei 9.985).

**Recursos Florestais:** elementos ou características de determinada floresta, potencial ou efetivamente geradores de produtos ou serviços florestais (Art. 33 da lei 11.284).

**Refúgio de Vida Silvestre:** tem como objetivo proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória. O Refúgio de Vida Silvestre pode ser constituído por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários (Art. 13 da lei).

**Reserva Biológica:** tem como objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais (Art. 10 da lei 9.985).

**Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS:** é uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica (Art. 20 da lei 9.985).

**Reserva de Fauna:** é uma área natural com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias, adequadas para estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos (Art. 19 da lei 9.985).

**Reserva Extrativista:** área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (Art. 18 da lei 9.985).

**Reserva Particular do Patrimônio Natural:** área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica (Art. 21 da lei 9.985).

**Restauração:** restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada o mais próximo possível da sua condição original (Art. 2 da lei 9.985).

**Serviços Florestais:** turismo e outras ações ou benefícios decorrentes do manejo e conservação da floresta, não caracterizados como produtos florestais; (Art. 3 da lei 11.284).

**Terras Indígenas:** bens da União, terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, legalmente instituídas pelo poder público através de decreto (Art. 20 da Constituição Federal).

**Unidade de Conservação:** espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivo de conservação e limite definido, sob regime especial de administração, ao qual se aplica garantias adequadas de proteção (Art. 2 da lei 9.985).

**Unidade de Manejo:** perímetro definido a partir de critérios técnicos, socioculturais, econômicos e ambientais, localizado em florestas públicas, objeto de um Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS, podendo conter áreas degradadas para fins de recuperação por meio de plantios florestais; (Art. 3 da lei 11.284).

**Unidade de Proteção Integral:** unidade de conservação, com objetivo de integrar e preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos por lei. É composta por Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural; Refúgio de Vida Silvestre ( Art. 8 da lei 9.985).

**Unidade de Uso Sustentável:** unidade de conservação com objetivo de compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. É composta por Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; Reserva Particular do Patrimônio Natural (Art. 14 da lei 9.985).

**Uso Direto:** aquele que envolve coleta e uso, comercial ou não, dos recursos naturais (Art. 2 da lei 9.985).

**Uso indireto:** aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais (Art. 2 da lei 9.985).

**Uso sustentável:** exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável (Art. 2 da lei 9.985).

**Zona de Amortecimento:** o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade (Art. 2 da lei 9.985).

**Zoneamento:** definição de setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de manejo e normas específicos, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz (Art. 2 da lei 9.985).

**Ministério do Meio Ambiente**  
**Serviço Florestal Brasileiro**  
SCEN Trecho 2 - Ed. Sede – Bloco H  
CEP 70818-900 - Brasília-DF  
Tel. 3307-7274  
Fax. 3307-7279  
[www.florestal.gov.br](http://www.florestal.gov.br)